**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 38ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 38ª Reunião realizada em 04 de julho de 2013, às 09 horas e 47 minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença dos (as) Senadores (as) **Ana Rita (PT/ES)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Ricardo Ferraço (PMDB/ES),** **Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Armando Monteiro (PTB/PE), Humberto Costa (PT/PE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Sérgio Souza (PMDB/PR)**, e dos (as) Deputados (as) **Dr. Rosinha (PT/PR), Marina Santanna (PT/GO), Nilda Gondim (PMDB-PB), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Keiko Ota (PSB/SP), Carmen Zanotto (PPS/SC), Fátima Pelaes (PMDB/AP) e Rosane Ferreira (PV/PR)**. Compareceram, ainda, os parlamentares não membros, Senadores **Eduardo Suplicy (PT/SP)**, **Paulo Paim (PT/RS) e Wilder Morais (DEM/GO)** e a Deputada **Luciana Santos (PCdoB/PE)**. Deixaram de comparecer a Senadora **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e os (as) Deputados (as) **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES), Magda Mofatto (PTB-GO) e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPMI.

**Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)**

Presidente

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bom dia a todas e a todos.

Vamos dar início à etapa final dos debates e aprovação do relatório da CPMI. Os membros desta Comissão sabem perfeitamente que o relatório foi lido durante três horas, na semana passada. Foram propostas sugestões à Senadora, que as incorporou, e hoje é a etapa final, em que nós podemos realizar os aperfeiçoamentos e aprovar o relatório.

Queria chamar para integrar a nossa Mesa a Srª Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência – chegou a Ministra Adjunta, nossa querida Lourdes Bandeira, que acompanhou todo esse processo, e gostaria que ela compartilhasse conosco esta Mesa; a nossa representante do Ministério Público, Drª Eunice Carvalhido, representando o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que gostaria que também compartilhasse, pela importância que o Ministério Público tem nesse enfrentamento.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Presidente Jô Moraes, se V. Exª me permite, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Eu só gostaria de fazer um registro aqui, nesta importante Comissão, que hoje realiza a reunião para a votação do relatório apresentado pela Senadora Ana Rita, da edição especial do *Jornal do Senado* de hoje, que publica um especial dedicado exatamente à violência que as mulheres sofrem no Brasil, o que, sem dúvida nenhuma, decorre desta importante reunião que V. Exª preside.

Então, eu gostaria de incluir um voto de aplauso principalmente ao corpo de mulheres jornalistas por terem tido essa ideia, que considero fantástica e que muito contribui para essa luta de todas nós, contra a violência que sofrem as mulheres hoje, infelizmente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora. Assim que abrirmos os trabalhos, nós submeteremos à apreciação, desde já registrando a importante contribuição.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Já que nós procedemos à leitura do relatório, a Presidência esclarece que, no dia 25 de junho de 2013, tornou-se público o texto do relatório da lavra da Senadora Ana Rita. Na ocasião, conforme determina o Regimento Interno, esta Presidência concedeu vista coletiva até o dia 2 de julho de 2013.

Aberta a discussão da matéria, concedo a palavra à Senadora Ana Rita; em seguida, aos oradores inscritos para que apresentem as possíveis questões pontuais que foram acrescidas no relatório apresentado durante três horas nesta reunião.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Primeiramente, eu quero cumprimentar todas as Parlamentares aqui presentes; as Deputadas aqui presentes; o Senador Ricardo Ferraço; a Senadora Angela Portela; a Senadora Ana Amélia; a Deputada Marina Santanna; a Senadora Vanessa; a Deputada Carmen; a Deputada Rosane Ferreira; o Deputado Dr. Rosinha, que está aqui presente também; cumprimentar a Cida; a Lourdes Bandeira, que está aqui representando a nossa Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci. A Cida é a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Quero cumprimentar também a Drª Eunice, do Ministério Público, que está aqui à Mesa, e cumprimentar também todas as pessoas aqui presentes, dizendo da nossa alegria e satisfação de poder chegar ao ponto em que chegamos. Foi um ano e meio de trabalho, em que todas participaram e todos os Parlamentares que compõem a CPMI participaram ativamente. Nós recebemos aqui uma grande contribuição, inclusive, de profissionais que voluntariamente nos deram muito apoio durante todo o nosso trabalho. Aqui eu quero fazer um agradecimento especial ao Dr. Fausto e, em nome do Dr. Fausto, agradecer também aos promotores, advogados, juízes, enfim, um grupo muito grande de pessoas que voluntariamente nos ajudaram, não só na elaboração do relatório, mas também na elaboração de projetos de lei que nós estamos aqui apresentando como um dos encaminhamentos.

Então, eu quero inicialmente fazer esse agradecimento a todas as pessoas. Nós já havíamos feito na semana passada, por ocasião da leitura do relatório.

Eu quero apenas, neste momento, fazer algumas considerações, porque, durante esse pedido de vista da semana passada para esta semana, algumas mudanças nós fizemos, mudanças de pouca repercussão e algumas mudanças um pouco mais expressivas.

Primeiro, a grande mudança do relatório são correções de português. Nós não tivemos tempo hábil, ao entregar o relatório na semana passada para leitura, de fazer uma correção detalhada na parte de português. Quem recebeu o relatório na semana passada já percebeu que havia problemas de digitação, de acentuação, de vírgula, disso e daquilo; então, nós fizemos uma grande parte de correções de português, algumas poucas alterações gramaticais e reformulação de frases, frases não construídas de forma muito adequada, com uma redação não muito bem feita. Nós alteramos apenas a forma como a frase foi elaborada.

Por exemplo, citava-se aqui um “Quadro no 9”, sendo que, na prática, o quadro não era no 9, já era o quadro no 180, porque se mudaram algumas coisas e, à medida que você vai alterando os quadros, a numeração também vai sendo alterada. Então, essa foi uma alteração que nós fizemos.

Não houve mudança de conteúdo. Em conteúdo, nós não fizemos grandes mudanças. O que nós fizemos? Foram retirados, por exemplo, dois projetos de lei que constam no relatório anterior e que, neste relatório que vocês estão recebendo, já não aparecem. São dois projetos que foram apresentados na sessão anterior: o da ação regressiva e o de ampliação dos meios de prova. Esses projetos foram retirados.

Nós acrescentamos mais alguns projetos, mais dois projetos – isso foi em discussão com a SPM, inclusive –, um projeto que trata do Fundo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e outro que trata da alteração do Disque 180. Então, são dois projetos que estão constando já no relatório atualizado.

Em linhas gerais, é isso que nós fizemos.

Então, o relatório está à disposição para ser debatido aqui hoje. É bom dizer também, Deputada Jô, que, durante esse período de elaboração do relatório, nós tivemos o cuidado também... Porque esse relatório traz um diagnóstico da violência contra as mulheres de um modo geral no País, mas ele traz também um diagnóstico da violência contra as mulheres nos Estados, a partir das audiências públicas que foram realizadas, a partir das diligências que foram realizadas, a partir das informações recebidas por parte dos órgãos públicos de cada Estado. Como vocês sabem, nós encaminhamos diversos pedidos de informações para todos os Poderes, tanto para o Poder Executivo, as diversas secretarias que compõem o Poder Executivo, quanto para o Poder Judiciário, para o Ministério Público e para as defensorias públicas.

Os movimentos de mulheres de todos os Estados também elaboraram os seus diagnósticos. Então, os diagnósticos aqui colocados são resultado de todo esse trabalho. E qual foi o cuidado que nós tivemos? Ao sistematizar todas essas informações, diga-se de passagem, nós encontramos muitas dificuldades – e isso nós falamos na reunião passada –, porque, como não há, no País, um sistema nacional de informações, as informações vindas dos diversos órgãos não batiam, em alguns casos, o que levou a CPMI a retomar o diálogo com os Estados, a retomar o diálogo com os órgãos públicos para checar essas informações. Então, nós tivemos todo esse cuidado, essa atenção de checar todas as informações vindas dos Estados e das diversas fontes.

O que eu quero aqui destacar é que, a partir do momento em que os diagnósticos iam sendo elaborados, nós encaminhamos isso para as Parlamentares daquele Estado para que fizessem a sua avaliação. E aqui eu quero fazer um agradecimento às colegas Parlamentares e aos colegas Parlamentares que deram um retorno bastante positivo, no sentido de avaliar o relatório e dar o retorno para a relatoria e dizer: “Olha, aqui está bom; aqui ficou faltando essa informação; aqui é preciso melhorar isso.”

Então, nós buscamos, durante a elaboração do relatório, dialogar permanentemente com as colegas e com os colegas Parlamentares no sentido de ouvir as informações. E aí eu quero agradecer a todas que estão aqui: à Rosane, à Carmen, à Marina, que também nos ajudou nesse sentido; ao Dr. Rosinha, a todos que nos deram esse retorno no sentido de qualificar, melhorar a redação.

Então, quero fazer esse agradecimento e também esse registro, dizendo que nós tivemos essa atenção.

Portanto, o relatório está à disposição dos membros, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, porque hoje é o momento de fato de se fazer o debate. Se ainda há necessidade de se fazer algum ajuste, esta Relatoria está aberta para receber as contribuições, para receber as sugestões no sentido de melhorar e qualificar cada vez mais o nosso relatório. Isso porque nós entendemos que esse será, com certeza, não tenho a menor dúvida, um grande instrumento de trabalho de todos os órgãos públicos do nosso País e também dos movimentos de mulheres.

Portanto, é com muita satisfação, é com a sensação de dever cumprido que nós estamos aqui, hoje, apresentando a redação final do nosso relatório, para que seja apreciada por V. Exªs e, assim, se for possível, a aprovação do relatório nesta manhã de hoje.

É isso, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora.

**A SRª ANA RITA** (PT – SE) – E quero agradecer também à nossa Presidenta, a companheira Deputada Jô Moraes, que tem sido uma grande parceira e nos ajudado muito nessa tarefa.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Nós passamos de imediato a palavra aos oradores inscritos.

A primeira Senadora inscrita é a Senadora Ana Amélia.

Desculpe, Senador Ferraço, é a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Cara Presidente Jô Moraes, caras colegas Senadoras, Deputadas, cara Secretária de Políticas para as Mulheres, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o esforço pessoal que a Senadora Ana Rita, como relatora desta CPMI da Violência contra a Mulher, realizou, dedicando parte da sua agenda parlamentar para visitar vários Estados, colhendo informações nos órgãos competentes. Eu queria também agradecer a ela a investigação feita no meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde apareceram pelo menos três cidades entre as cem cidades brasileiras com maior índice de violência contra a mulher – as cidades de Taquara, de Guaíba e Lajeado. Eu poderia incluir outras cidades, como Palmeira das Missões, por exemplo. Nesse aspecto, o esforço que as entidades responsáveis também fizeram... Também vi, no relatório sobre o Rio Grande do Sul, como em outros Estados, que nem todos os órgãos tiveram um grau de colaboração com o fornecimento das informações. Mas isso fica por conta exatamente da necessidade que temos de chamar a atenção para o problema. E tudo isso é o envolvimento de todos. A CPMI também presta esse serviço na divulgação das ações de proteção à mulher.

A Lei Maria da Penha foi um divisor de águas no processo de combate à violência contra a mulher. E é exatamente nessa medida que o trabalho da CPMI teve um papel relevante.

Tenho a honra de ter uma colega jornalista cineasta, Naura Schneider, que realizou um dos mais contundentes documentários, “Silêncio das Inocentes”. Eu recomendo que esse vídeo seja incluído no relatório da CPMI, porque, a partir da Lei Maria da Penha, faz uma abordagem com depoimentos de delegadas, de vítimas da violência, por ordem de gênero, dentro da família. É uma das mais agressivas realidades no tema violência contra a mulher. Então, queria fazer essa sugestão.

E queria cumprimentar novamente a Senadora Ana Rita pelo envolvimento, pela equipe de trabalho do Senado que a ajudou a compor esse relatório. Não é uma atuação fácil, porque envolve uma série de dificuldades no levantamento dessas ações.

E queria, cara Presidente Jô Moraes e cara Senadora Ana Rita, propor, na p. 998 do relatório apresentado pela Senadora, para efeito de compreensão e até para limitar devidamente a ação do Congresso, do Legislativo ou de uma CPMI em relação às suas prerrogativas no alcance de outros órgãos que têm igual independência, que ficasse o *caput* da referência abordada pela Senadora, o qual ficaria absolutamente adequado do ponto de vista legal e do ponto de vista da própria prerrogativa, para não ferir e não avançar o sinal em relação às competências de outro Poder.

Lerei, então, o que penso que poderia ficar e submeto, é claro, à aprovação deste plenário. Na p. 998:

*Por isso decide a CPMI oficiar ao Conselho Nacional do Ministério Público, para analisar [*acrescentando*] os eventuais vícios procedimentais da investigação, sob ótica dos princípios constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade da administração pública e aplicar as medidas pertinentes.*

Penso que esse *caput* resume todos os procedimentos: que não precisamos nós, como Poder Legislativo, dizer a outro Poder, Judiciário ou Ministério Público, o que ele deve fazer. Com isso, abrigamos, em um guarda-chuva, as competências que aquele Poder desenvolve e cumpre. E retirando os itens 1, 2 e 3, porque isso, sim, seria avançar sobre as competências do Poder.

Penso que essa conclusão poderia abrigar o acolhimento. E estaria inserido nisso tudo aquilo que queremos que seja feito em relação à apuração dos fatos colhidos no trabalho da Senadora Ana Rita.

Essa é a minha posição.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Esta Presidência considera importante e oportuna a contribuição. Consultei a Senadora, que disse que falará ao final da abordagem geral.

Com a palavra a Deputada Marina Santanna.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Srª Presidenta Jô Moraes; Srª Relatora, Ana Rita; todas as autoridades aqui presentes que não foram ainda nomeadas, mas com certeza serão; nossa Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres e nossa representante do Conselho Nacional do Ministério Público, Drª Carmen, que tem sido exemplar no seu trabalho de nos orientar como advogada da área e como membro de um seleto e importante grupo de pessoas e entidades que orientou o Congresso Nacional com sua experiência de entidades feministas e com conhecimento na área da violência contra a mulher, para elaboração da Lei Maria da Penha. Por essa convivência, Senadora Ana Rita, Deputada Jô Moraes, gostaria de fazer essa deferência, porque isso foi muito importante para o GT específico de legislação. Tivemos a oportunidade de fazer essa consulta e de receber o acompanhamento, em um momento em que fazíamos a análise sobre a legislação posta e outros projetos que vieram e foram sendo discutidos ao longo desse um ano e meio.

Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, penso que essa é uma experiência muito importante e destacada do nosso Congresso Nacional, como forma de traduzir o que as estatísticas têm nos oferecido em termos de números que se apresentam à população e às instituições sobre a violência contra a mulher.

Pudemos sentir, além das audiências públicas, em cada momento de diligência a uma delegacia da mulher, a um IML, a uma defensoria pública, a um juizado especializado, em cada uma das diligências realizadas, o que ocorre de fato com a mulher, quando ela procura uma rede de apoio para dizer que está entrando em um ciclo de violência e que precisa de ajuda, ou que sofreu uma forte violência já e que precisa de ajuda.

E podemos, através desse relatório muito bem feito – parabenizo profundamente V. Exª, Senadora Ana Rita, por esse trabalho de síntese dificílimo –, observar as contradições que temos nos Municípios, nos Estados, no Governo Federal, como gestor do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, as contradições que temos entre o que a Lei Maria da Penha e toda legislação orienta as instituições a fazer e o que é feito: é uma distância muito grande.

Então, essa síntese merece não só o nosso acolhimento, não só o nosso apoio, mas, sem dúvida nenhuma, um respeito muito grande. É necessário que evoluamos no sentido de que o Congresso Nacional se mantenha ativo nessa pauta e fiscalize os resultados das indicações que são aqui feitas. Se o Congresso, se este momento aqui, se esta reunião aprovar esse relatório, o Congresso estará continuando a cumprir a sua missão de fiscalização do que ocorre no Brasil. É muito mais do que entregar, pegar um texto como se fosse uma mera apreciação; é o resultado de muito esforço, de elaboração, de observação e, sobretudo, um cuidado e uma acuidade para que se entenda a complexidade da situação pela qual passa a mulher brasileira, a mulher de todas as idades, desde a menina, quando sofre uma violência dentro de casa, até quando ela permanece em condição de violência psicológica e se mantém assim e a reproduz com relação a seus filhos com essa situação de violência permanente.

Deputada Jô Moraes, Senadora Ana Rita, ao cumprimentar e fazer essas considerações, apoiando inteiramente o relatório, gostaria de dizer que as autoridades... Conversava com o Ministério Público especificamente por ocasião da votação da PEC 37 e dizia a todos com quem pude conversar: não se preocupem com essa fatia de pessoas que está hoje nas ruas e que ainda não tinha se manifestado, porque temos manifestações aqui todos os dias, em Brasília e no Brasil inteiro, de todos os tipos, de todos os gêneros. Só ontem, tivemos muitas manifestações aqui. O que ocorre é que jovens se incorporam ao acúmulo de manifestações que temos tido nos Municípios, nos Estados, em todo o Brasil, e se incorporam de modo a dizer: “Vocês têm que dar resposta a isso que estamos sensíveis e entendemos que não pode continuar”. Então, dizia aos membros do Ministério Público que não é um questionamento só ao Congresso Nacional, só à Presidenta da República, só aos governadores e deputados, só aos prefeitos e aos vereadores. É um questionamento ao modo em que todas as instituições se relacionam com a esfera pública, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, incluindo todos nós.

Então, que nós saibamos cuidar dessas contradições que nós temos vivido e fazer a nossa parte no que tange especificamente e esse assunto e a demais assuntos também, mas no que tange à violência contra a mulher.

Então, esse é um relatório provocativo, num momento de muita tensão por parte da sociedade brasileira, do povo brasileiro, que eu espero que continue antenado e acompanhando tudo o que ocorre.

Então, parabéns! Como disse, apóio e voto *in totum* o relatório que tenho aqui em mãos. Com relação ao item específico levantado pela Senadora Ana Amélia, aguardo, então, a posição da Relatora para me posicionar posteriormente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Marina.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Presidenta, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Não é só uma questão. Como foi feita uma proposta de emenda pela Senadora Ana Amélia, eu gostaria de ter acesso ao texto proposto, por favor.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)) – Gostaria que a assessoria tomasse providência com relação à sugestão da proposta da Senadora Ana Amélia, para tirar cópias e distribuí-las para os parlamentares aqui presentes. Seria bom pegar o texto lido, que está nas mãos da Senadora Ana Amélia. Obrigada.

Nós vamos continuar com a palavra.

Deputada Carmen Zanotto, nossa querida parceira ao longo desse período.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô, nossa Presidente desta CPMI; Senadora Ana Rita; nossa Ministra – a gente pode dizer assim, porque ela esteve aqui conosco várias vezes e está aqui representando a Ministra das Políticas para as Mulheres –, Srª Lourdes Bandeira: em nome das senhoras, eu cumprimento toda a Mesa.

Quero cumprimentar todas as colegas Senadoras, Deputadas e Deputados e dizer que, para mim, como parlamentar de primeiro mandato, esta CPMI foi mais que um doutorado: um doutorado da vida, quando a gente pode ouvir as mais tristes realidades do nosso País e o quanto ainda a gente precisa avançar com as políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres. Quando eu digo que a gente precisa avançar, eu me refiro às três esferas de Governo, em todos os órgãos de defesa da mulher. Então, o País como um todo tem muito a avançar.

Quero destacar que o meu Estado foi o primeiro Estado em que fizemos a primeira audiência pública. Naquele momento, muitos me questionavam e questionavam a Deputada Luci por que estava sendo realizada audiência pública em Santa Catarina, se era um dos Estados mais bem posicionados. Quero agradecer a compreensão das colegas e dos colegas que acataram o nosso pedido de audiência pública lá e registrar que Santa Catarina, poderíamos dizer assim, ocupa uma situação muito confortável. É a 25ª capital na posição do mapa da violência de 2012 e o Estado é o 25º também. Mas não posso furtar-me de lamentar e registrar que a minha cidade, a cidade de Lages, o Município em que eu tive mais de 50% dos votos, ocupa a 17ª posição. E, dentro do Estado de Santa Catarina, nós temos cinco cidades entre as seis cidades do País mais violentas.

E quero aqui fazer um pedido à nossa Secretária Executiva de Políticas para Mulheres: que as seis cidades brasileiras que são as mais violentas e que não tenham assinado o pacto, num segundo momento, possam e devam ser incluídas, para que possam receber um olhar direto da Secretaria Nacional para ver se eles estão cumprindo as políticas, como eles estão implementando as políticas para mulheres.

Formalizei um ofício ao Governador do meu Estado, ao Prefeito do meu Município e vou fazê-lo aos demais prefeitos dos Municípios que estão entre os mais violentos dentro dos 100 do Brasil: são cinco em Santa Catarina, mais Mafra, Criciúma, Balneário Camboriú e Chapecó, para que a Coordenadoria das Mulheres se transforme numa espécie de Secretaria. Não precisa ter a estrutura de uma secretaria, mas que tenha *status* de secretaria, para que possa, tanto em termos do Estado de Santa Catarina, quanto nesse conjunto de Municípios, perpassar pelas demais Secretarias e demais órgãos, a fim de que consiga, efetivamente, agregar as políticas.

Que uma denúncia que chegue a um pronto-socorro se tenha um olhar diferenciado para aquela mulher: que a gente vá além do fazer a sutura, se for um ferimento, ou medicar, e que efetivamente essa mulher possa ser acompanhada por um órgão na Delegacia da Mulher, no Ministério Público e assim sucessivamente.

Quero registrar, ainda, duas situações gravíssimas que nós vivemos na região de Lages, região serrana do Estado de Santa Catarina. Uma foi o assassinato de uma filha e sua mãe, na cidade de Campo Belo, quando a região parou. E, lamentavelmente, meses depois, as suspeitas e o levantamento – e quero aqui registrar o trabalho da delegacia, dos delegados da nossa região que foram investigar – apontaram para o esposo, que teria mandado. O suspeito foi o esposo, que teria mandado assassinar a esposa; a sogra presenciou e acabou morrendo junto: um ex-secretário municipal do Município de Campo Belo. Ele estava no exercício quando teria mandado fazer esse crime. Foi detido agora, e estão terminando os processos.

Nesta semana, na minha cidade, é página do *Correio Lageano* de ontem: “Mulher é agredida com pé-de-cabra”. Eu não sei se todos sabem o que é pé-de-cabra, mas é aquela ferramenta de ferro com a forma de uma forquilha na ponta. E ela só não morreu porque gritou muito; felizmente, teve tanta força que conseguiu segurar o pé-de-cabra, e com isso ela não foi levada a óbito. Agredida pelo ex-esposo, mãe de cinco filhos dele.

Então, com certeza, o meu trabalho não se encerra aqui. O meu trabalho será debruçar-me no Estado de Santa Catarina, continuar buscando formas para que a gente reduza a violência contra as mulheres, em especial nesses cinco Municípios, e, mais ainda, no meu Município, que é o 17º, porque, se nós pudermos interagir, fazer com que este belíssimo relatório que aqui quero, em nome da Carmen, agradecer todo o apoio técnico que eu recebi da Comissão, e em nome da Elaine Farias, do meu partido, que me assessorou, todos os demais assessores que nos ajudaram a reler, a sugerir, a implementar.

Então, Senadora, não tenho nada a acrescentar a esse relatório, porque foi na caminhada, e a senhora, com muita propriedade, conseguiu, nesta imensidão de páginas, traduzir aquilo tudo que a gente ouviu nas audiências, nas diligências, e dizer Jô, que nobre Deputada, que a senhora continuará sendo, para mim, uma dos ícones das Parlamentares para a gente seguir, nós que estamos iniciando esta caminhada.

Parabéns, e, se pudermos, junto com a Secretaria Executiva, quero ainda propor mais uma questão, que a gente faça uma reunião nos Estados, e aqui quero colocar o Estado de Santa Catarina como um dos primeiros, que a gente reúna este conjunto de Municípios e a gente trace as estratégias a partir deste relatório. E, como Parlamentar, e tenho certeza de que a Deputada Luci vai estar comigo neste momento, porque eu acredito que, quanto mais estrelas, quanto mais pessoas, quanto mais cabeças pensando, a gente pode melhorar ainda mais, junto com a Deputada Luci, a gente possa, em Santa Catarina, numa reunião junto com a Coordenadoria Estadual, traçar, baseadas neste relatório, o que mais pode ser feito em Santa Catarina para a gente melhorar e reduzir a violência, e que nenhuma mulher e nenhum homem desse País sossegue até que a gente não tenha neste País mais nenhuma mulher vítima de violência contra a mulher, assim como a gente viu durante todas as nossas audiências públicas.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Marina.

A Senadora lembrava... Eu queria agradecer o esforço que membros desta Comissão fizeram para garantir o quórum na mobilização feita, tanto na Câmara... Nós tivemos o Senador Armando Monteiro alterando a sua viagem para que pudesse vir, o Senador Sérgio Souza, as Deputadas do PMDB, que nós insistimos que pudessem contribuir na ausência de uma vaga do Senado. As Deputadas do PMDB procuraram o Líder do Senado aqui e garantiram que estivesse presente mais um Senador, o Senador Ferraço, indicado pela sua Liderança para garantir o quórum desta reunião.

Por isso que eu quero agradecer a todos e todas que fizeram um esforço particular para a presença aqui.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pela ordem, Senadora Ana Rita, ou melhor, Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Eu sei que serão várias as Anas – eu fico muito honrada com a confusão de nomes...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desculpe.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Não, é que chamam a Senadora Ana Rita de Ana Amélia e a mim de Ana Rita, então nós estamos acostumadas com isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Somos a síntese de mulheres inteligentes desta República.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Exatamente. Nós estamos acostumadas com isso.

Mas eu queria só fazer uma proposição: eu tenho agenda; aliás o Senador Ferraço, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores... O Ministro do Desenvolvimento Regional, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, estará presente num depoimento que eu considero importante. Temos temas relevantes na questão do Mercosul, as questões econômicas muito relevantes. Se fosse possível fazer uma inversão...

Eu não sei se existem, se as demais inscritas têm proposições de alterar o texto para fazer já a análise da minha proposição. Eventualmente, se houver condição de inversão de pauta para que a gente possa atender então todas as demandas, porque nós estamos aqui desde as 9 horas, nós viemos aqui às 9 horas, como estava marcado, e aqui chegamos nesse horário.

Então, eu queria ver a possibilidade, consultar o Plenário se fosse possível.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

Srª Presidente, pela ordem!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senador Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – É apenas para me associar a V. Exª, à Senadora Ana Rita, à proposta da Senadora Ana Amélia. Eu presido a Comissão de Relações Exteriores, e nós temos hoje uma importante audiência com o Ministro Fernando Pimentel. Assim como a Senadora Ana Amélia, eu estou aqui desde as 9 horas. Se houvesse a possibilidade de nós alterarmos a ordem, nós poderíamos evoluir, eventualmente, quem sabe, para a aprovação do relatório da Senadora Ana Rita, com as modificações, e em seguida nós faríamos os debates, mas com o relatório aprovado, para aproveitarmos o quórum, porque corremos o risco de não termos quórum daqui a pouco.

Então, o apelo da Senadora Ana Amélia me parece tempestivo, adequado, e eu quero associar-me a ele.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Esta Presidência está recebendo a informação de que falta uma presença para assegurar o quórum.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Mas talvez fosse importante que nós ouvíssemos a Relatora com relação à proposta feita pela Senadora Ana Amélia.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Isso. Esta Presidência considera procedente.

Nas alterações, a Deputada Luciana Santos apresentará – não são questões conceituais, são questões de precisão do relatório. Eu acredito que é absolutamente procedente o apelo.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Vamos ouvir a Relatora.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Não, não, Srª Presidenta! Não, Srª Presidenta, eu estou inscrita, e eu tenho sugestões a fazer também. Então, eu acho que...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Srª Presidente, então...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Acabou de chegar o quórum...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – ... eu vou...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Eu quero fazer sugestões, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Sim.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Eu estou inscrita para falar e apresentar sugestões também.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, vai ser dada a palavra.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Está sendo feito um apelo pelo Senador. Nós vamos continuar os debates. Até agora foi apresentada uma questão conceitual formal, antecipadamente, para que fosse apresentada.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Srª Presidente, a senhora me desculpe, mas eu tenho também um encaminhamento a fazer à Mesa. Eu vou apresentar a inclusão...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Então, com a palavra a Senadora Vanessa...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) –... a sugestão de inclusão, e gostaria de ouvir também a opinião da Relatora.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Senadora Vanessa, para fazer a apresentação. Em seguida, nós passamos a palavra para a Senadora Ana Rita.

Se alguma outra Parlamentar ou outro Parlamentar tiver alterações substantivas para fazer, que o faça neste momento, para que a Senadora possa apresentar suas ponderações.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – E aproveitar o quórum também.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E aproveitar o quórum. Acabou de ser completado o quórum.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Exatamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, nós vamos até a exaustão no debate dos encaminhamentos aqui. Nós estamos sem preocupação com o espírito da Relatora de absorver uma série de encaminhamentos. As questões apresentadas e o destaque aqui são porque há uma substância mais significativa, mas nós vamos continuar este debate.

Com a palavra a Senadora Vanessa. Em seguida, passaremos a palavra à Senadora Ana Rita, a Relatora.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Srª Presidenta.

Até para colaborar com todos os Parlamentares aqui presentes, Senadoras e Deputadas, Senadores e Deputados, eu só quero assinar embaixo, Senadora Ana Rita e Presidenta Jô Moraes, de todas as observações feitas em relação ao trabalho que os componentes da Comissão, principalmente a Presidenta e a Relatora, tiveram durante esse período.

Então, receba também não só os meus cumprimentos, mas também o meu reconhecimento por um trabalho que, sei, foi extremamente árduo.

Houve audiência pública, por exemplo, no meu Estado, à qual não pude estar presente, mas sei da grande importância que teve essa audiência pública, tanto que eu aqui quero registrar que estou encaminhando à Mesa e, Senadora Ana Rita, à senhora, algumas modificações em relação ao Estado do Amazonas, porque, desde a visita, Presidenta Jô Moraes, da CPMI ao meu Estado, até agora nós tivemos uma grande conquista que foi a criação da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres. É óbvio que não foi só a visita da Comissão, mas, sem dúvida nenhuma, a visita da Comissão colaborou muito para que isso acontecesse.

Então, eu estou fazendo algumas atualizações em relação aos dados relativos ao Estado do Amazonas e encaminharei à Relatora.

Outra sugestão que faço, Relatora Ana Rita, é que também conste do relatório um caso que eu considero muito importante. Nós estivemos, no dia 26 do mês de maio, no Estado do Amazonas, na cidade de Tabatinga, que conta com a presença da Força Nacional há dois anos. A Força Nacional não consegue sair de Tabatinga, porque é uma área de fronteira, entre Brasil, Colômbia e Peru, uma área da mais extrema violência e, de um tempo para cá, essa violência começou a se reverter também, principalmente, em violência contra a mulher.

A jornalista Lana Micol, que era gerente da Rádio Nacional de Tabatinga, do Sistema EBC, foi assassinada com cinco tiros na frente da sua casa, na presença da sua filha de cinco anos de idade. O ex-marido, que é o principal suspeito, está preso. Dois dias depois foi preso e a prisão foi prorrogada. Então, é um caso muito importante, cujos dados eu estou repassando para que constem do relatório e para que haja um pedido ao Ministério Público e ao Poder Judiciário a fim de que esse caso seja elucidado, porque é comum, nos casos de violência contra a mulher, a investigação não seguir e ficar por isso mesmo.

Então, que esse caso seja elucidado, que continuem as investigações para que o autor ou autores sejam punidos de forma exemplar.

Era isso. Muito obrigada, Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Srª Presidenta, Deputado Dr. Rosinha.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – É que eu quero fazer, antes de a Relatora se manifestar, uma sustentação de não mudança do texto proposto.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, o Dr. Rosinha, para manifestação de não mudança do texto.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu agradeço esta oportunidade e quero, antes de iniciar, registrar a presença da Secretária Municipal da Mulher de Curitiba, a companheira Roseli Isidoro, que acompanha esta audiência pública. É uma Secretaria nova, com a primeira secretária do nosso Município. Tenho absoluta certeza de que construiremos juntos o debate, construiremos juntos a diminuição da violência contra a mulher e, se possível, a igualdade de gênero.

Srª Presidenta, Relatora, demais colegas aqui desta Comissão, nós sabemos que a principal causa da violência é o machismo. Por si só, não há homem que não seja machista: uns mais, outros menos e alguns procuram se desconstruir como machistas. E como onde há apoderamento masculino, junto ele leva sua cultura, a cultura do machismo. E esse apoderamento é presente tanto na vida pública brasileira como na privada, tanto numa vida como na outra.

Na vida pública, talvez ele se torne mais explícita, porque passa a decidir o destino das pessoas – o destino do direito à saúde, à educação; o direito de ser ou não punido pelo crime que comete; o direito inclusive de distorcer ou achar que pode ter comportamentos diferentes. Dou um exemplo: quando uma mulher vai à Delegacia da Mulher para registrar queixa ou a outra delegacia, muitas se queixam, ouvindo o seguinte: “Apanhou porque merecia!” Nada mais do que uma postura machista.

Hoje, quando analisamos o mapa da violência de 2000 a 2010, uma mulher assassinada a cada duas horas no Brasil é algo assustador. E tudo isso é subnotificado. Se a morte é subnotificada, como é a violência psicológica? Ela consegue ser registrada? Como é a violência sexual que a mulher tem de expor? E muitas vezes ela é violentada no próprio serviço de saúde em que é atendida, quando não dentro do próprio Instituto Médico Legal, como a denúncia que esta Comissão recebeu – e a Subcomissão da Violência contra a Mulher, que está viajando pela Câmara dos Deputados, também tem recebido.

E, quando essa mulher vai depor, qual é o comportamento da maioria dos homens, já que são machistas? Se há um comportamento explícito do tipo de se dizer “apanhou porque merecia”, imagina o que depois vai escrever o outro no depoimento, seja o delegado, seja o promotor – não estou acusando todos, mas na maioria das vezes...

Quando esta CPMI foi instalada, nós definimos que não íamos tratar de casos individuais, a não ser de um ou outro como exemplo. E entrou Queimadas. Entrou o caso do Espírito Santo.

Gente, o relatório apresentado sobre o Espírito Santo não pede nada mais do que “investigue-se”. Olhem o que está escrito. Basta ler, não vou repetir aqui. O que foi forçada a fazer essa mulher dentro daquela caminhonete – e depois foi distorcido –, dentro daquele carro, meu Santo Antônio, não pode ser assim!

Nas viagens que fazemos, toda vez, como agora em Teresina ou em qualquer outro lugar, se há um assassino ou alguém que cometeu um crime que é homem, se ele tem um amigo deputado ou um amigo autoridade, um amigo prefeito, um amigo qualquer coisa, o amigo vale mais para proteger o criminoso, e a mulher é vítima do amigo também. Não posso conceber que algo assim continue. Não dá, não é possível!

Homens e mulheres que têm a consciência, que querem diminuir a violência contra a mulher, que olhem para outro ser humano e vejam que é um semelhante seu, que não querem que façam a você, à sua filha, à sua família o que fizeram a outra, por favor! O que pedem esses pontos aqui, a não ser anular um procedimento – o item 1 e os demais itens, basta ler. Gente! Vou querer que a impunidade continue na violência sexual, na violência contra a mulher?

Peço à Senadora Ana Amélia, Senador: mantenha o texto original, por favor. É muito triste. É muito triste, num país como o nosso, uma CPMI como a nossa criar de repente um impasse desse tamanho, porque os procedimentos... Basta ler! E a assessoria foi muito competente. Foi uma assessoria feita por promotores, por gente encaminhada pelo Ministério Público, não foi assessoria de caráter a, b ou c, de viés partidário. Eu peço que mantenha o texto original, porque nós não podemos, numa CPMI como a nossa, ser omissos em um caso específico de violência. E o que se leva em consideração são as relações da vítima e do denunciado. O denunciado tem melhores relações com as instituições e, como eu disse, as instituições, pela sua própria característica de formação de maioria de homens, são machistas.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES) – Para contraditar, Sra Presidente.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Senadora, eu peço que retire e que mantenha o texto original, porque uma sociedade machista não pode continuar machista, e os pequenos atos, individualmente, é que fazem construir uma nova sociedade de igualdade de gênero.

**A SRa ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, pela ordem.

Como o Senador Ferraço, e como autora do requerimento, eu quero reler, para os que não estavam aqui, a proposta feita pela Senadora Ana Amélia. A proposta original está na p. 998.

A Senadora Ana Amélia sugere que a recomendação do caso constante no subitem 7.8, caso D.C.S., fique na seguinte redação na p. 998:

*Por isso, decide a CPMI Oficiar ao Conselho Nacional do Ministério Público**para analisar os vícios procedimentais da investigação, mormente as ofensas aos princípios* [constitucionais] *da igualdade, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade da administração pública, e aplicar as medidas pertinentes.*

A autora, Senadora Ana Amélia, solicitou a palavra. Em seguida, para contraditar, o Senador Ferraço.

**A SRa ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – A argumentação do Deputado Dr. Rosinha entra no âmbito da avaliação da cultura brasileira, da cultura latino-americana, da cultura do mundo. A mulher sempre é vítima. É cultural. Não que eu aceite isso como mulher, mas nós estamos aqui julgando crimes. E, ao julgar crimes e violência contra a mulher, nós também estamos tendo uma relação com as instituições encarregadas de respeitar a lei e a Constituição.

O que eu propus foi tão somente com base no art. 130-A, §2o da Constituição Federal, que diz que o Conselho Nacional do Ministério Público não pode rever o mérito das decisões proferidas por membros, como órgãos de execução. Está na Constituição, não foi a Senadora Ana Amélia que inventou isso. A função desse Conselho é de exercer o controle externo – e aí é que é a minha proposta: que o Conselho exerça esse controle externo – da atividade administrativa e financeira do Ministério Público e fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais.

Então, a recomendação é para que esse Conselho – que constitucionalmente tem essa prerrogativa – o faça, à luz de como a investigação da CPMI é encaminhada brilhantemente pela Senadora Ana Rita. Nós não podemos entrar em juízo de valor sobre a questão cultural, porque iríamos muito longe de tudo isso. Então, eu penso que essa construção obedece a critérios de constitucionalidade, a critérios de o Senado, uma CPMI, não avançar, não exorbitar na sua prerrogativa.

Apenas isso, não invadir a prerrogativa, porque nós já estamos sob o foco de tudo isso. Recentemente, nós derrotamos na Câmara a PEC no 37. Não estou aqui defendendo a corporação do Ministério Público. Estou querendo colocar uma questão da racionalidade e da constitucionalidade neste processo. Nós temos que ver essa questão não do ponto de vista da nossa ira, do nosso sentimento, da nossa indignação, que tem que continuar havendo com a violência contra a mulher. E temos que fazer tudo para evitar que isso aconteça. É uma questão de educação, é uma questão de civilidade, começar isso na escola, nas crianças, na relação familiar. A maior violência contra a mulher acontece dentro de casa, Presidente Jô Moraes. É dentro de casa, na família!

Então, é por isso que eu fiz a proposta para que o acolhimento dessa minha sugestão tenha base na Constituição, e nós temos que ter o dever de sermos os primeiros guardiões dela, não apenas o Supremo Tribunal Federal. Por isso, eu lamento, mas eu não posso. Aliás, o Deputado Rosinha ontem, no Parlamento do Mercosul, apresentou uma moção, que está hoje com um destaque muito bem feito, contra a atitude dos governos da Europa com relação a Evo Morales. E lá nós alterarmos textos de qualificativos para evitar uma questão diplomática, o que foi muito bem acolhido, e ele entendeu. Ele fez brilhantemente a defesa de seu requerimento muito contundente. E da mesma forma eu uso o argumento constitucional para manter a minha sugestão e que ela seja submetida às colegas Senadoras e aos Deputados e Deputadas em relação a essa matéria.

Acho que isso preserva, inclusive, a responsabilidade da Senadora Ana Rita, porque, se ficar mantido o que está ali, poderá haver alguns problemas do ponto de vista das nossas próprias prerrogativas.

Muito obrigada, Srª. Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora.

Com a palavra o Senador Ferraço e, em seguida, a Deputada Marina.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Srª Presidente, Srª Relatora, Srªs Deputadas, Srªs Senadoras, eu não tenho divergência de fundo com a manifestação que faz o Deputado Rosinha.

Ele fez uma avaliação factual, sociológica absolutamente real dos traços culturais da sociedade brasileira e focando a necessidade de virarmos a página da impunidade, que tem turbinado, que tem multiplicado o exercício da violência de todas as formas, de todos os tipos em nossa sociedade, sobretudo a violência deflagrada contra a mulher, a violência deflagrada contra o idoso, a violência deflagrada contra a criança, que é em todo o sentido uma forma nefasta e perversa.

Mas, na prática, o juízo que faço é muito na direção daquilo que manifesta a Senadora Ana Amélia. Vejam, a Senadora Ana Rita, todos aqui sabemos, fez um trabalho dedicado ao longo desses meses todos, com muita correção, com muita dedicação, percorrendo este Brasil, este País de ponta a ponta, enfrentando questões que revelaram a miséria humana da violência praticada contra mulheres, o que revela todo o tipo de covardia, mas, a meu juízo, acho que há um excesso, porque, na prática, ela emite valor de juízo. Ela cita aqui, no ponto 1: anular o procedimento e nomear outro órgão ministerial – que outro órgão ministerial? – para oficiar, garantindo a vítima os mesmos direitos conferidos ao investigado no que se refere à produção de prova, com a estrita observância à lei e ao sistema investigatório pátrio.

Ora, seria o Ministério Público de outro Estado, não considerando a prerrogativa ou desqualificando a instituição Ministério Público do meu Estado? Abrindo um precedente para que isso possa se dar também em relação a outros Estados?

Não me parece, sinceramente, uma proposta razoável, até porque o promotor tem uma prerrogativa originária, que é clássica, que é indelegável.

No item 2, ela propõe investigar a conduta funcional dos membros da Procuradoria-Geral da Justiça do Espírito Santo, responsáveis pela condução do procedimento, especialmente sob o âmbito da improbidade administrativa.

Ela responsabiliza os procuradores do Ministério Público por improbidade administrativa. E vai adiante: “por atentar contra os deveres da honestidade, imparcialidade, ilegalidade, bem como crime de prevaricação”. Ou seja, nós estamos violando o direito, a autonomia da instituição em fazer a sua avaliação:

*Ademais, em virtude da existência de provas novas colhidas pelo colegiado e também por causa da absoluta ilegalidade do arquivamento dos procedimentos sem encaminhamento ao Judiciário, conforme exigido. A CPMI decide oficiar também a Procuradoria-Geral de Justiça do Espírito Santo para que anule a ilegal decisão de arquivamento e reabra as investigações para apreciar novamente o fato.*

Trata-se aqui de uma violação. O Senado pode muito, a Câmara pode muito, o Congresso pode muito, uma CPI pode muito, mas não pode tudo. E, a meu juízo, na linha do que defendeu a Senadora Ana Amélia, acho que nós estamos violando as funções e as prerrogativas do Ministério Público, em que pese à minha defesa de tudo que foi devidamente levantado, as diligências que foram feitas sejam consideradas plenamente e encaminhadas ao Conselho Nacional do Ministério Público, para que esse, sim, exerça o seu mister.

Caso contrário, meu querido e ilustre Deputado Rosinha, estaremos aqui invadindo, violando e até contribuindo para que isto possa ser anulado, todo um trabalho feito, ao longo desses meses todos, com seriedade e dedicação, porque sou colega da Senadora Ana Rita e sei da forma como ela se dedicou ao longo desses meses todos. Esse tipo de exceção pode, sim, gerar a anulação de todos esses fatos que foram relatados nessas diligências que a Comissão, ao longo desses meses todos, desenvolveu.

Vale repetir aqui: o próprio Conselho Nacional do Ministério Público, ao analisar o caso investigado na CPMI, após encaminhamento de cópia integral e informações prestadas pelo Procurador-Geral de Justiça, o Conselheiro Relator Adilson Gurgel de Castro, proferiu decisão arquivando a representação, na qual inclusive atos relacionados à atividade-fim dos membros da instituição são insuscetíveis de revisão, de desconstituição ou de modificação pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, parece-me absolutamente razoável a proposta que faz a Senadora Ana Amélia, e apelo, não apenas à Relatora Ana Rita pela forma como se dedicou, mas ao conjunto das Srªs Deputadas, dos Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, para que não coloquemos em risco todo esse esforço que foi desenvolvido ao longo desses meses, porque estamos, evidentemente, invadindo, violando uma prerrogativa que não é nossa; estamos interferindo no mérito de uma decisão do Ministério Público. Isso não será preservado.

Portanto, associo-me à preocupação. Acho que, da forma como propôs a Senadora Ana Amélia, estamos remetendo ao Conselho Nacional do Ministério Público para que ele possa analisar os eventuais vícios procedimentais em investigação, sob a ótica dos princípios constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da legalidade, da moralidade da Administração pública, e aplicar as medidas pertinentes. Ora, não se trata aqui de manter ou de trabalhar pela impunidade; muito pelo contrário, estamos exigindo que o Conselho Nacional do Ministério Público avalie e que dê o veredicto final; portanto, saio em socorro por ter a convicção clara de que a manifestação que faz a Senadora Ana Amélia é absolutamente razoável.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra a Deputada Marina; em seguida, devolvo a palavra à Relatora, Senadora Ana Rita.

**A SRª LUCIANA SANTOS** (PCdoB – PE) – Presidente!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Deputada Luciana. Alguma questão de ordem?

**A SRª LUCIANA SANTOS** (PCdoB – PE) – Sim, a minha questão de ordem é porque, apesar de ser só membro suplente da Comissão Parlamentar – e terei que me retirar porque sou Presidente da Frente Parlamentar de Cultura da Câmara e haverá a conferência municipal da minha cidade de cultura –, gostaria apenas de rapidamente falar da sugestão que fiz ao relatório, que não é de conteúdo, é meramente para ajustar as informações para que se tornem mais precisas: é exatamente a questão da população de Pernambuco e da quantidade de conselhos. Não quero entrar aqui, porque não é necessário fazer o detalhamento.

Mas queria aproveitar a oportunidade apenas para saudar e parabenizar o trabalho da CPMI, que foi extraordinário para o meu Estado. Foi um dos primeiros Estados em que a CPMI... Foi o primeiro na verdade, porque, como a Deputada Carmen disse que tinha sido lá, fiquei na dúvida; mas foi o primeiro Estado em que tivemos toda uma mobilização da Secretaria do Estado das Mulheres – a Deputada Marina também esteve lá conosco –, tivemos a Secretária de Estado, a audiência com o Governador Eduardo Campos, com o Conselho Estadual de Mulheres, com as entidades dos movimentos feministas, quando a CPMI fez questão de visitar a sede do SOS Corpo, a audiência pública na assembleia legislativa.

Acho que isso foi muito importante para poder acentuar ainda mais, valorizar ainda mais o esforço, que é muito grande, porque, afinal, Pernambuco ocupa ainda a décima posição no *ranking* de violência contra as mulheres. E nós temos de reverter esses indicadores que são ainda estarrecedores e alarmantes em pleno século XXI. Mas penso que o Congresso Nacional cumpriu o seu papel nesta Comissão Parlamentar Mista.

Srª Presidenta, minha querida Deputada Jô Moraes, e Srª Relatora, Ana Rita, parabéns pelo relatório! Parabéns por essa iniciativa, que é uma grande contribuição ao Brasil! São inaceitáveis os indicadores que nós vivenciamos hoje quanto à violência contra a mulher! Isso, certamente, trará muitos frutos à medida que essa rede de assistência, com todo esse compartilhamento que deve existir com o Poder Judiciário, com o Poder Executivo, com os Poderes Executivos e as forças vivas da sociedade possam reagir à altura e enfrentar isso na medida e na exigência que os fatos merecem.

Por isso, parabéns! Quero saudá-las e agradecer-lhes. Terei de me retirar em função do meu compromisso com a Frente Parlamentar.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Luciana.

Nós vamos agora passar a palavra à Deputada Marina.

Nós vamos pautar e apreciar essa questão, porque pode haver consequências regimentais, para vermos se hoje nós aprovaremos ou não esse relatório. Por isso, esta Presidência vai encaminhá-la como prioridade.

Com a palavra, a Deputada Marina.

Em seguida, falará a Relatora Ana Rita, para fazer sua apreciação, para que haja imediatamente a apreciação por parte dos demais.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Srª Presidenta, com certeza, esse assunto chama a atenção. À medida que a Senadora Ana Amélia e o Deputado Rosinha se manifestam e tratam do assunto, ele me chama a atenção. Acabei relendo aqui a respeito do assunto, tive essa oportunidade.

Eu queria, mesmo sabendo que estamos no limiar do quórum, chamar a atenção para o conteúdo do que estamos debatendo.

Em primeiro lugar, eu sou defensora, sim, do Ministério Público, das suas atividades e da sua atuação. Nós, que estávamos do lado de fora, e o constituinte de 1988 lutamos para que o defensor da sociedade fosse instalado na esfera do Ministério Público. Então, defendo o Ministério Público e entendo que essa preocupação aqui também seja de defesa das ações do Ministério Público, para que ele atue em defesa da sociedade.

Por pensar desse modo, por partir desse entendimento, partindo também do entendimento de que a CPMI não pode furtar-se à tarefa de que ninguém é infenso à crítica e de que ninguém pode ser considerado não criticável ou acima da lei e da ordem, eu gostaria de pedir permissão, Presidenta, para ler alguma coisa aqui que diz respeito à possibilidade de abuso de poder e à desistência das mulheres de dizer de violências que estejam sofrendo por não sentirem que as instituições lhes dão guarida. Quanto a isso, talvez, possamos elaborar um texto que contemple todas as expectativas, que contemple essa preocupação quanto à legalidade e tudo o mais.

Está escrito à p. 997:

*Por fim, a testemunha J. (fl. 222), primo e cabo eleitoral do investigado, disse que ele tem fama na cidade de “abusador sexual” e que: “sabe de outros casos de assédio sexual praticados pelo G.**[que é, no caso, quem estava sendo investigado], mas prefere não declinar o nome das vítimas; que as vítimas preferem não expor os casos porque consideram que ‘não vai dar em nada’ (…) que, quando participava das campanhas políticas do G.**[parece que ele é Deputado, não sei], sempre tinha a preocupação de alertá-lo a não fazer brincadeiras mais insinuosas com mulheres, pois ele tinha esse hábito; [...]*

Aí vem aqui: “[...] podendo atestar que o mesmo sempre teve dificuldades para controlar sua sexualidade [...]”.

Leio o que está mais acima um pouquinho, Presidenta. Sei que o tempo está curto, mas me permita fazê-lo, porque, senão, a gente não vai compreender o mérito no debate.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – (*Fora do microfone.*)

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Tudo bem, Senador, mas eu gostaria de continuar falando, assim como eu o ouvi.

Digo o seguinte: qual o motivo, gente, da Marcha das Vadias? Eu, por sinal, participo de todas. Não sou chamada especialmente, mas sou chamada pelas redes sociais como cidadã.

Aqui está escrito assim:

*Sobre esse episódio, a mãe da menina, L.(fl. 216), [que, no caso, é a vítima] disse que, ao ver a menina, G. [o não* denunciado ou, no caso, o investigado] *ficou transtornado, provavelmente pelo fato de que a adolescente estava vestindo um short curto, realçando sua beleza física; que em seguida, G.* [o investigado] *agarrou M.C., entrelaçando seus braços no corpo dela, na presença da declarante; que a declarante ficou chocada com a cena, imediatamente intervindo para separar os dois”.*

Antes um pouco, aqui na p. 989, está aqui:

*G.A.F. abaixou o zíper da calça social que vestia e colou (sic) o seu órgão genital para fora; que novamente pegou a força a mão da depoente e a colocou em seu órgão genital, pedindo que a depoente beijasse o seu órgão genital; que a depoente afirma que o G. não conseguiu manter conjunção carnal com a mesma devido o fato de estar usando duas cintas cirúrgicas, de difícil retirada, e as suas tentativas de fuga (…) que acreditava que G. a iria matar, devido ao tamanho sentimento de pavor que ela estava sentindo”. G., com tom ameaçador disse que tudo o que aconteceu deveria ficar entre os dois, afirmando que outras meninas já o acusaram e quem saiu perdendo foi elas, pois as mesmas poderiam auferir vários benefícios com ele; que G. disse ainda que quem fica com a reputação manchada são elas, ele sempre sai de vítima.*

Então, eu queria retomar isso aqui, dei uma rápida lida nisso aqui, porque todos nós temos casos nos nossos Estados desse tipo de abuso concentrado às vezes no poder político, às vezes em outro tipo de poder. Se o Procurador não deu o encaminhamento necessário, é preciso que esta CPMI faça a crítica e dê a sugestão para que seja encaminhada alguma coisa.

Então, aqui nós estamos com a representante do Conselho Nacional do Ministério Público. Acredito que a Senadora Ana Rita... Eu já tinha dado o meu voto favorável a esse texto, sou favorável a esse texto, caso nós não tenhamos um texto que peremptoriamente mostre a posição da CPMI contra o arquivamento de um processo como esse, uma vez que esse tipo de investigação é obrigatório.

Então, a minha sugestão é que a gente busque o texto que seja de consenso aqui, caso seja possível. Caso negativo, a gente vai à votação.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Srª Presidente, pela ordem.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pela ordem, Senador Ferraço.

Eu queria, Senador Ferraço, antes disso... Acabo de receber a contribuição da Drª Eunice Carvalhido, que sugere, para uma eficácia maior, que, além do Conselho Nacional do Ministério Público, nós encaminhemos a recomendação da Senadora Ana Rita ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que constrói de forma mais eficaz e efetiva a investigação na plenitude, que é o que está sendo feito.

Com a palavra, o Senador Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Eu...

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Eu queria apenas, Senador...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Eu queria deixar claro que a minha posição é apenas uma posição constitucional. É para que a gente faça a coisa certa. Eu não conheço, fui uma vez apenas ao Espírito Santo. Eu não conheço as partes envolvidas, não participei da investigação, como a Deputada Marina está colocando e reproduzindo verbalmente o que foi constatado. Então, eu não sei quem é G., quem é... Eu não estou entrando no mérito de julgamento, até porque não é essa a função de uma Parlamentar. Isso cabe à instituição. É à Polícia, ao Ministério Público e à Justiça. É isso que tem que fazer. Minha preocupação é apenas que a Senadora Ana Rita tenha valorizado e dê envergadura institucional e constitucional debaixo da lei em relação ao relatório.

E acolho com muito... Acho que a proposta da representante do Ministério Público é extremamente enriquecedora e completa o sentimento que é essa posição que eu adotei aqui em relação à constitucionalidade, para que seja valorizado o trabalho da Relatora e da Presidente desta CPMI. Que ela tenha, digamos, no julgamento de todas as instituições, o respeito que ela merece, por ter trabalhado dentro da lei.

Então, é apenas isso, porque não conheço os envolvidos, não conheço o caso, não estive no Espírito Santo.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senador Ferraço, com o apelo para que seja rápido, para que a Senadora Relatora possa se manifestar.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Srª Presidente, Srª Relatora, Deputada Marina, a minha manifestação também é sem juízo de valor. Não é essa a questão. É apenas uma consideração sobre os nossos limites: se podemos nós violar, se podemos nós invadir um espaço que é de outro Poder, se pode o Ministério Público fazer isso contra o Congresso Nacional. Essa é a questão. Eu não emiti juízo de valor sobre a, sobre b, sobre c. E não o faço. A minha observação é se nós não estaríamos contribuindo para anular tudo que foi investigado, porque se trata de uma violação clara a um outro órgão.

Portanto, quero fazer essa consideração, porque me parece que essa proposta é absolutamente razoável.

Então, na mesma linha de quem se manifestou aqui, a Senadora Ana Amélia, quero concordar com a proposta de que o Conselho de Procuradores possa ser ouvido, porque, ao fim e ao cabo, o que estamos aqui decidindo? Que o Conselho Nacional do Ministério Público e agora o Colégio de Procuradores possam avaliar se houve ou não. É diferente de afirmarmos que houve. É diferente de afirmarmos e denunciarmos o órgão por prevaricação e o Procurador-Geral de Justiça por improbidade e assim por diante.

O que estamos aqui pedindo, solicitando e manifestando é que esses órgãos façam esse tipo de investigação, por serem os órgãos que fazem o controle externo da investigação.

Portanto, acho que estamos trabalhando na linha de solicitar a apuração. É diferente de já afirmar que esse tipo de delito ocorreu. Não me parece razoável. Acho que estamos na mesma direção.

Portanto, acho que a Senadora Ana Rita tem toda a condição de, ao se manifestar, decidir, até para sabermos se vamos decidir hoje ou não, se vamos aqui pedir vista ou não, de acordo com o art. 132, até porque nós temos um novo relatório. Havendo um novo relatório, é crível que eu possa pedir vista e que a Presidente possa abrir prazo para que, aí, sim, possamos fazer uma avaliação detida de tudo aquilo que a Senadora Ana Rita, como Relatora, está mudando – como Relatora, está mudando.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Senadora Ana Rita pediu prioridade – depois eu repasso, Senadora Vanessa –, porque isso pode inviabilizar a votação.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Nós precisamos ver se vai encaminhar e votar, porque, se não, vou pedir vista.

Senadora Ana Rita. Depois, devolvo a palavra à Senadora Vanessa.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Bom, eu gostaria, inicialmente, de agradecer as contribuições aqui colocadas. Já vou dar uma resposta às contribuições para depois falarmos sobre esse caso.

Primeiro, com relação à sugestão trazida pela Senadora Vanessa, em que ela solicita que seja incluído um parágrafo na p. 215, no Subitem 3.1, que trata dos casos emblemáticos de omissão. Nós acatamos a sugestão. É uma sugestão que trata de informações relacionadas ao caso da Srª Lana Micol Cirino Fonseca, em que há elementos de feminicídio envolvendo o caso e há evidente expectativa de impunidade do agressor.

E, aqui, quero fazer um destaque e salientar que a atuação da Senadora Vanessa Grazziotin, como Procuradora da Mulher na mobilização das autoridades locais, contribuiu e muito para que a prisão, realmente, fosse concretizada.

Então, o texto, trazendo esse fato, trazendo esse caso, a CPMI acolhe.

Eu não vou ler o texto todo, mas a redação final está sendo entregue a todas vocês.

Além disso, estamos aqui fazendo algumas recomendações, uma recomendação ao Governo do Estado do Amazonas, para que apure com todo vigor o caso da Srª Lana, e também ao Ministério Público, para que acompanhe as investigações.

Então, Senadora Vanessa, acolhemos, acatamos o caso emblemático trazido lá do Estado do Amazonas com essas recomendações.

Com relação também às sugestões vindas da Senadora Ana Amélia, primeiro, só quero dizer, Senadora Ana Amélia, que, infelizmente, a CPMI não pode incluir o vídeo “Silêncio das Inocentes” em seu corpo, no texto do relatório, mas fica registrado na CPMI essa importante produção sobre o assunto. Então, agradecemos aqui a contribuição de V. Exª.

Agora quero me deter ao caso do Estado do Espírito Santo.

Primeiro, nós acolhemos a preocupação aqui trazida do Deputado Dr. Rosinha; da Deputada Marina Santanna, que se pronunciou sobre o fato; e também acolhemos as preocupações aqui levantadas pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Ricardo Ferraço.

Eu acho que, antes de falar diretamente sobre as proposições apresentadas pela Senadora Ana Amélia, eu quero aqui fazer alguns destaques.

Primeiro, não é intenção desta Relatora – não é a nossa intenção nem a minha em particular – atacar qualquer instituição pública, muito menos o Ministério Público por que tenho profundo respeito e apreço. Tanto é que nós tivemos do Ministério Público, por intermédio de alguns promotores e procuradores, a contribuição durante os trabalhos da CPMI. Nós formamos aqui, para quem não sabe, um *pool* de profissionais de diversas áreas e também do Ministério Público que pudesse acompanhar os trabalhos da CPMI e nos ajudar na análise e também nas recomendações.

Então, o que nós estamos propondo aqui não é fruto da minha cabeça em particular, embora eu, como Relatora, responda sobre essas contribuições e sobre o conteúdo do relatório.

Segundo, o caso do Estado do Espírito Santo foi analisado, cuidadosamente, detalhadamente, a partir de uma peça fundamental, que é o processo de investigação. Nós solicitamos cópia do processo e nos detivemos, exclusivamente, ao processo, a nenhuma outra informação além do processo, a não ser o depoimento colhido pela CPMI, durante audiência pública realizada no Estado do Espírito do Santo, de uma das vítimas; ele serviu de instrumento para que nós pudéssemos buscar as informações junto ao Ministério Público e também solicitar cópia do processo.

Nós nos detivemos ao conteúdo do processo, tanto é que V. Exªs têm em mão toda a análise feita a partir do processo, inclusive com textos do processo transcritos. Então, a nossa análise se deteve ao processo de investigação que está no Ministério Público, e nós nos surpreendemos com o arquivamento do processo. O processo foi arquivado. Por ocasião da nossa presença no Ministério Público dialogando com os procuradores, havia uma análise de que se poderia concluir fazendo-se os devidos encaminhamentos para que fosse feita a denúncia.

E depois nós nos surpreendemos com o arquivamento do processo. Por isso se justificam esses encaminhamentos que propusemos aqui.

Eu quero aqui reforçar que todos os encaminhamentos foram feitos com base nos fatos apurados a partir do processo de investigação.

Eu também quero dizer que, quando nós propomos no relatório que se anule o processo e se busque um outro órgão ministerial para oficiar, esse outro órgão pode ser também o próprio Vice-Procurador-Geral, que é o substituto legal do Procurador-Geral.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Outro órgão? Isso não é órgão, mas uma pessoa do órgão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Pode ser do próprio órgão, mas também pode ser...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Mas está escrito aqui “outro órgão”.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Se o outro órgão não for possível,...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Que outro órgão?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ...o Vice-Procurador-Geral pode ser substituto legal.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sim, Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – O encarregado do inquérito foi ouvido?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Como?

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – O membro do Ministério Público responsável pelo processo foi ouvido?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quem fez todo o processo foi o Ministério Público, foi o procurador do Ministério Público, um dos procuradores responsáveis pela investigação.

**A SRª** **LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Ele foi ouvido?

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Pela CPMI.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quem foi ouvido, é isso que a senhora está perguntando?

**A SRª** **LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – A minha pergunta é em relação ao arquivamento do processo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sobre o arquivamento, nós tomamos conhecimento posteriormente. Para vocês terem noção, nós apresentamos requerimento. Eu apresentei requerimento, como relatora, na CPMI, para que nós pudéssemos ouvir o procurador, para que nós pudéssemos ouvir a vítima e para que nós pudéssemos ouvir o acusado, mas, por uma reflexão feita na CPMI, nós não encaminhamos, não aprovamos esses requerimentos. Eles constam lá como de iniciativa da minha autoria, mas não foram colocados em votação, porque, após análise feita por membros desta CPMI, em particular pela nossa Presidenta...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Permita-me?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ...a orientação foi que nós não os convocássemos, que nós não os convidássemos para prestar informações.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Permita-me, Relatora?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Por isso, nós nos detivemos...

Senador Ferraço, deixe-me concluir.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Por isso, nós nos detivemos na análise do processo. Aí penso que esta CPMI tem a grande responsabilidade, e eu quero já ir finalizando, Senador Ferraço, depois eu concedo a palavra a V. Exª...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Muito obrigado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ...dizendo o seguinte: esta CPMI tem que ter o cuidado de zelar para que não haja impunidade...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – É isso!

**A SRª ANA RITA (**PT – ES) – ...e não é só no Espírito Santo, mas em qualquer lugar do nosso País. Então, o arquivamento desse processo deixa indícios, possibilidade de indícios de que poderá haver impunidade.

Diante disso, eu quero aqui já manifestar a minha opinião com relação à proposta apresentada pela Senadora Ana Amélia e complementada também pela nossa Procuradora, Drª Eunice, no sentido de que poderá ser contemplada a preocupação, ficando com esta redação:

*A CPMI decide que seja oficiado ao Conselho Nacional do Ministério Público e também ao Conselho Nacional de Procuradores Gerais para analisar os eventuais vícios procedimentais da investigação, sob a ótica dos princípios constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade da Administração Pública, e aplicar as medidas pertinentes.*

Eu estou avaliando que, para que nós possamos aqui ter um consenso e que nós possamos aprovar esse relatório, se assim os membros acharem que isso deva ser feito, essa redação poderá contemplar para que haja um consenso aqui hoje, mas faço esta ressalva. Esta Relatora, em nenhum momento, pode se furtar – e eu não quero me furtar – às vítimas de violência do nosso País, em particular da violência sexual. Conforme foi muito bem explicitado pelo Deputado Dr. Rosinha e pela Deputada Marina Santanna, quem é vítima de violência sexual, num País ainda muito machista, em que o machismo, infelizmente, também está presente nas instituições públicas... Nós percebemos isso, Senadora Lúcia Vânia, em diversos Estados por onde passamos, na postura de diversos outros profissionais. Delegados e delegadas, juízes e juízas também têm posturas semelhantes, posturas marcadas por um machismo que não é somente de homens. Também há muitas mulheres com perfil machista atuando em órgãos públicos, e comprometem, e muito, o andamento dos processos. Por isso, alguns casos nos levam a crer que há impunidade em função dessa postura lamentável de determinados profissionais que não zelam pelo cumprimento da lei, porque estão imbuídos de um sentimento, de um conceito, de uma cultura ainda machista e patriarcal. Nós temos que trabalhar no sentido de romper com isso na sociedade brasileira e nas instituições públicas brasileiras, e também nas instituições privadas.

Acredito que, a redação apresentada, para que nós possamos construir aqui um consenso e termos a possibilidade de aprovar esse relatório como um grande instrumento de construção de políticas públicas no nosso País, acho que com ela é possível, sim. Eu acato a redação apresentada e acredito que ela poderá nos ajudar a fazer os encaminhamentos necessários. Era isso, Srª Presidenta.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– A Senadora Vanessa solicitou pela ordem. Em seguida...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES)– Eu também, Srª Presidente.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (PCdoB – AM) – Eu queria, primeiro, cumprimentar. Acho que estamos num encaminhamento muito importante aqui. Creio que o objetivo de todos, de absolutamente todos aqui presentes, é o mesmo, que haja uma investigação do caso, que não é simples. A quem cabe? Ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho dos Procuradores. Entretanto, quero sugerir que seja incluído o seguinte... Nós também não podemos determinar prazo, porque é um órgão que não está sob a nossa coordenação, mas podemos, embaixo, incluir o item, Senadora Ana Amélia, pedindo que o Conselho Nacional do Ministério Público e o outro Conselho oficiem o Senado e a Câmara dos Deputados das medidas adotadas, apenas isso, sem estabelecer prazo, sem nada. Eu acho que seria importante incluir esse item.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Amélia, Senador Ferraço, Deputada Marina.

**A SRª ANA AMÉLIA** (PP – RS) – Eu acolho. É pertinente, acho que isso é um respeito às instituições. Queria aqui também ressaltar a sua declaração, Senadora Ana Rita, de que temos de lutar tenazmente, com vigilância, permanentemente, com muita força, contra a impunidade. É isso o que alimenta, inclusive, não só a violência contra a mulher, mas todo tipo de violência, todo tipo de criminalidade no nosso país. Esse é exatamente o ponto. Quanto mais falharem as instituições policiais na pouca resolutibilidade dos casos das denúncias, nós estaremos contribuindo para o aumento da violência, de modo geral, não só contra a mulher. Então, eu queria agradecer e acolher, de muito bom grado, a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Senador Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Srª Presidente, o que estamos decidindo aqui? Estamos decidindo aqui que o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho dos Procuradores estarão analisando se houve omissão ou não. É isso. Portanto, não estamos aqui perpetuando impunidade, muito pelo contrário. Estamos combatendo a impunidade para que os órgãos adequados da República possam fazer a investigação, subtraindo os adjetivos, que me pareceram absolutamente intempestivos.

Essa é a reclamação que estamos fazendo, mas acho que essa proposta da Senadora Vanessa aperfeiçoa para que nós possamos ser informados sobre as investigações que o Conselho Nacional do Ministério Público e o de Procuradores farão e que prevaleça a verdade. O que nos interessa é a verdade, o que nos interessa é quebrar essa agenda permanente da impunidade na realidade brasileira. Portanto, da forma como está, sou favorável e, se V. Exª quiser encaminhar para voto, retiro o meu pedido de vista.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Deputada Marina. Em seguida, nós encaminharemos o processo de apreciação.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Parabenizando o entendimento, gostaria de deixar uma sugestão que, na verdade, não precisa ser incorporada em texto, é apenas uma sugestão, para que a nossa representante do Conselho Nacional do Ministério Público, aqui presente, possa, com a sua assessoria, olhar, acompanhar o resultado desta CPMI e ver, no que tange ao Ministério Público, no que é possível contribuir, de fato, para diminuirmos a violência contra a mulher em cada Estado, em cada lugar, e também com relação ao próprio Conselho Nacional, como pode contribuir e o que podemos fazer em conjunto, ou especificamente, o próprio Ministério Público. Deixo a sugestão, já que a sua sugestão contribuiu com o nosso entendimento, naturalmente.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB – ES) – Vamos votar?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos votar, mas, antes, sugerindo à Senadora que, a proposta da Senadora Vanessa, o acréscimo seja: com base na Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, no seu art. 2º, a autoridade, a quem for encaminhada a resolução, informará o remetente, no prazo de 30 dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão. A Senadora vai incorporar a proposta da Senadora Vanessa para que possa ser garantido.

Eu quero, como Presidente, encaminhar a votação específica desta alteração para que possamos dar continuidade aos debates, retomar a votação final.

Nós queremos propor aos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas a aprovação da proposta que a Senadora Ana Rita, acolhendo a sugestão de encaminhamento da Senadora Ana Amélia, apresentou nesta redação final, com o acréscimo da nossa Procuradora do Ministério Público, Drª Eunice, e com o acréscimo da Senadora Vanessa, a ser apreciada.

Os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam com a proposta de redação apresentada pela Relatora, incorporados todos, queiram permanecer como estão; os contrários se levantem. (*Pausa.*)

Com o voto contrário do Deputado Dr. Rosinha, foi aprovada a proposta da Relatora, Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

Vamos, então, apreciar, continuar o debate para irmos à redação final.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não. Ainda não votou o relatório. Senadora Ana Amélia, vamos apreciar o relatório.

Está encerrada a discussão.

Está em votação o relatório final, apresentado pela Senadora Ana Rita, Relatora dedicada desta Comissão, evidentemente incorporadas as modificações que já foram registradas nas notas taquigráficas aqui apresentadas.

Os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que aprovam o relatório, de 1.050 páginas, apresentado pela Senadora Ana Rita, permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, o relatório desta Comissão. (*Palmas.*)

Coloco em votação a Ata da 37ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– Srª Presidente, há inscrições ainda.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu não vou encerrar a reunião. Nós estamos votando e retomaremos o debate. Estamos votando a ata e retomaremos o debate e a lista aqui apresentada de contribuições, que são várias. Esta Presidência respeitará, está garantindo a aprovação regimental.

Em votação as Atas da 4ª, 23ª e 37ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Atas estão aprovadas.

No final, nós aprovaremos a próxima.

Nós vamos retomar as inscrições dos Parlamentares que quiserem se manifestar; excepcionalmente, dando a palavra, ao final dos Parlamentares, à nossa Ministra Adjunta e à nossa Procuradora.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro, que, com a sua dedicação e compromisso com esta Comissão, alterou sua agenda para que aqui estivesse. Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – Minha cara Presidente, Deputada Jô Moraes, eu quero cumprimentar a Senadora e Relatora desta CPMI.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós solicitaríamos apenas que houvesse um pouco de...

(*Soa a campainha.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As últimas palavras são absolutamente importantes e necessárias daqueles que estão contribuindo na construção deste relatório.

Senador Armando Monteiro.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – Minha cara Presidente desta CPMI, Deputada Jô Moraes; Senadora Ana Rita; Senadoras e Senadores e Deputadas e Deputados que integram esta CPMI, neste momento em que esta Comissão aprova o relatório final, eu não poderia deixar de trazer aqui uma palavra de congratulação a esta Comissão.

Sei do diligente e sério trabalho que foi realizado. Esta Comissão pôde, percorrendo diversos Estados do País, garantir uma ampla audiência de setores da sociedade brasileira, para que, ao final, pudesse ser produzido um relatório que, a meu ver, está inteiramente sintonizado com as exigências deste tempo, que apontam para a direção de mudanças no Brasil, para uma mudança profunda e substantiva neste quadro que nos infelicita e que, mais do que isso, corresponde a um constrangimento para o nosso País, que são ainda os alarmantes índices de violência contra a mulher. Então, creio que o trabalho desta Comissão representa um marco importante nesse processo.

Quero, por isso mesmo, congratular-me com a Presidente Jô Moraes e dizer à nossa colega Senadora Ana Rita que há um reconhecimento amplo da forma dedicada, correta e responsável com que S. Exª se empenhou nesse trabalho.

Recebam, portanto, a expressão do nosso reconhecimento e do apreço a esse trabalho que foi realizado.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada.

Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Obrigado, Srª Presidente.

Fui até a Mesa para verificar a minha inscrição. Eu estava na ordem de inscrição e gostaria sempre que a ordem de inscrição fosse seguida.

Eu quero, primeiro, dizer que a convivência nesta Comissão, nesta CPMI, para mim, foi mais um aprendizado sobre o comportamento do gênero humano, principalmente...

(*Soa a campainha.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Peço-lhe só um minutinho, Dr. Rosinha.

Este é um momento importante. Eu queria que a gente fizesse uma concentração. Se há necessidade de entendimento, que este seja feito lá fora. A contribuição do Dr. Rosinha, inclusive – na continuidade, criou-se uma subcomissão sobre a violência contra a mulher na Comissão de Seguridade –, passa a ser fundamental para os nossos encaminhamentos.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Para mim, foi um aprendizado principalmente para eu tentar compreender o gênero humano e, no caso, dentro do gênero humano, o masculino. Esta é uma CPMI que mostra que temos muito que fazer no nosso País.

Há outra questão: quero elogiar – não vou citar o nome de todos e de todas –, em nome de uma pessoa, todos os que compuseram o grupo de trabalho: falo da Carmen Campos. Quero agradecer a Carmen e, ao agradecer-lhe, quero agradecer a todos os assessores de todos mandatos que ficaram à disposição.

Nesta CPMI, foi eleita a nossa Presidente e a nossa Relatora no dia 8 de fevereiro de 2012. Portanto, faz mais de um ano de trabalho.

Apesar de eu não gostar de trabalhar em CPI, tenho sido escalado para algumas. E esta CPMI teve uma característica diferente. Eu agradeço a todas as companheiras do meu Partido. Fui indicado para estar presente aqui pelas companheiras Deputadas do meu Partido e por parte do Movimento Social Feminino. (*Palmas.*)

Eu não me ofereci para isso.

Há uma coisa comum em todas elas, infelizmente: no dia de se votar o relatório final, aparecem pessoas que não vêm aqui um único dia para discutir. Os partidos têm de começar a analisar isso e de parar de fazer isso, porque a intervenção dos partidos tem sido, de maneira geral, negativa com relação à CPI, como ocorreu na última CPI, a do Cachoeira, em que todo mundo que é quadrilheiro foi isentado de ser condenado ou de ser investigado com maior profundidade.

Espero que os partidos aprendam com as manifestações das ruas. Aquelas pessoas que foram designadas, homens e mulheres, e que trabalharam não vêm cumprindo tarefas externas à CPMI e vão votar no final de acordo com sua convicção.

Quero me manifestar a respeito do que eu disse anteriormente. Eu quero dizer que a cultura constrói o machismo, que a cultura constrói a lei, que a cultura constrói o comportamento e que a cultura constrói a impunidade. Então, esta CPMI, infelizmente, não poderia ter dado um único passo favorável a essa cultura, e infelizmente deu, para poder aprovar o relatório final. Eu sei que houve essa concessão.

Mas alegar que nós estávamos valorando! Estávamos, sim, valorando o trabalho. Todo trabalho feito por uma instituição, por um indivíduo, tem que ser valorado. Tem que ser valorado esse trabalho. Eu tenho que valorar a qualidade da investigação que foi feita. E isso foi feito pela assessoria desta Comissão. A qualidade não era aquela desejada. E tem que ser valorada inclusive a profundidade ou não, eu não sei, não sou advogado, do crime. Até porque eu tenho que ditar a pena. Então, eu não posso condenar uma CPI que está valorando documentos, porque cabe a ela valorar os documentos. E o texto que estava proposto não fazia uma condenação ao Ministério Público ou a essa ou àquela instituição. Fazia condenação ao comportamento deste ou daquele, dentro da instituição. Então, cada vez que eu estou condenando um profissional, seja ele engenheiro, médico, advogado ou promotor, não significa que eu estou condenando a instituição. É necessário fazer esse tipo de separação, porque nós temos que atuar.

Na proposta feita, pede-se investigação sob a ótica dos princípios constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade da Administração Pública. Se pede é porque isso não existiu antes. Então, se não existiu antes, estava correto aquele texto, porque já tinha concluído que isso não tinha existido. Então, o texto estava correto ao pedir a nulidade e ao pedir demais intervenções. Então, Senadora Ana Rita, eu sei que foi feita concessão.

A outra questão. Eu tenho recebido queixas, assim, do tipo, dos Estados... Viajando pela Comissão, como registrou a Presidenta Jô Moraes, a Subcomissão da Violência Contra a Mulher, nós vamos a Teresina, em uma reunião com o Movimento de Mulheres, o que a gente nota? Uma profunda subnotificação. Aí, em uma reunião com as autoridades: “Ah, mas os dados que chegaram na CPI não são verdadeiros!”. Aí, vai para o Tocantins, ocorre a mesma coisa. Para onde vai, ocorre a mesma coisa. Os dados não são verdadeiros, de acordo com as instituições, seja os Tribunais de Justiça, os Ministérios Públicos ou a Secretaria de Segurança Pública. Não são verdadeiros por várias razões. Uma delas é: eles não coletaram dados nunca. Nunca planejaram ação do Estado. Então, eles não têm esses dados. E aí eles tentaram falsear. E se tinha o dado verdadeiro que mandou, eles não mandaram. O pessoal disse: “Ah, esse dado não está correto”, porque entenderam: “Vamos mandar lá para a CPMI e eles vão enfiar nos arquivos, vão jogar no lixo”. Fizeram pouco caso. “Isto aqui ninguém vai ler, ninguém vai ver”, fazendo pouco caso. Agora eles estão vendo. Eles vão ter que trabalhar com esses dados. Eles vão ter que rever o que fizeram até agora, e rever para dizer o seguinte: “Nós temos que ter dados para planejar a ação do Estado”.

E é importante nesta Comissão, eu aprendi, e todo mundo que aqui milita, a questão da Lei Maria da Penha é a nossa proposta. Hoje, as casas abrigo estão mantendo sem liberdade inocentes, vítimas. E o criminoso está na rua. O criminoso, o agressor, está na rua, e crianças estão sendo impedidas de frequentar as escolas porque podem ser vítimas do criminoso ou do acusado do crime. Então, nós vamos ter que rever, inclusive junto com o nosso Governo, com tudo, essa postura, que eu já sei que estamos revendo, mas é um aprendizado importante.

Por fim, eu vou concluir, dizendo o seguinte: nós aprovamos aqui, como proposta, uma comissão mista, entre Câmara e Senado, para continuar o trabalho por três legislaturas. Por que só três legislaturas? Eu que fui o autor da proposta, eu que busquei a redação inicial da proposta. É porque nós fazemos uma CPMI, concluímos um belo de um trabalho, fazemos um belo de um diagnóstico, o diagnóstico vai ser questionado pela incompetência deles, quando eles vão...

Eu até lembro, e sempre cito, um caso na questão dos 500 anos de descobrimento da América – já me ouviram falar isso. Um xamã do Equador disse que ele não tinha nada a festejar nos 500 anos a não ser a Europa lembrar que eles estavam festejando a própria ignorância, pois, há 500 anos, eles ignoravam a existência de uma cultura, de um continente, de um novo povo. O que a Europa descobriu na época não foi um outro continente, mas a própria ignorância.

E, aqui, os tribunais de Justiça do nosso País, e mais as instituições, Promotorias e tudo o mais, verão que esse relatório vai descortinar para eles a própria ignorância deles em relação aos dados da violência contra a mulher. Eram dados invisíveis.

Então, quando propusemos a Comissão é porque há um relatório. A esse relatório deve-se dar continuidade. Ele tem que terminar no Trabalho.

Então, propusemos esta Comissão Mista entre Câmara e Senado.

Proponho, Presidenta, Relatora, que peçamos uma audiência ao Presidente do Senado. Levamos o relatório a ele e pedimos que coloque em votação essa resolução na próxima sessão do Congresso Nacional como pauta, para ser aprovada, para que, no segundo semestre, a Comissão já esteja funcionando. E também ao Presidente da Câmara.

Essa é uma proposição nossa, mas ela tem que vir das duas Mesas Executivas para virar pauta.

Então, que peçamos essa audiência já para a semana que vem, porque hoje é quinta-feira, e, depois, o Congresso entra em recesso. Mas, antes do recesso, haverá sessão no Congresso Nacional para votar a LDO; e, ao votar a LDO, nós temos que votar essa resolução.

E por que três? Porque, em três legislaturas, nós avaliamos qual é o trabalho, qual é a necessidade de permanecer ou não, e o Congresso Nacional só tem duas Comissões Mistas: a do Orçamento e a do Mercosul. Esta será a terceira.

Proponho – e foi aprovada agora uma proposta nossa, provisória – que não se fique criando comissões permanentes, se não nós vamos ter adversários. E, como a causa é necessária e importante, é essa a proposta.

Garanto a V. Exªs que não vou me candidatar a Presidente desta Comissão, mas vou me candidatar a ser membro dela.

Obrigado. (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Rosinha. Se depender do meu voto, V. Exª já está na Presidência desta Comissão. Vamos discutir outras questões e a contribuição permanente de V. Exª.

Eu queria que registrássemos com destaque, Senadora Ana Rita, a proposta da entrega formal ao Presidente do Senado e à Presidência da Câmara do relatório com todas e com todos os membros desta Comissão, para que se dê efetividade.

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos marcar.

A Senadora lembrou que esta sala está reservada para a Comissão de Direitos Humanos, mas eu acredito que haverá uma certa condescendência para que os Parlamentares e nossos convidados possam se pronunciar.

Passando a palavra à Senadora Angela Portela, eu queria agradecer a presença do Senador Wilder Morais, agradecer a presença da Secretária da Mulher de Curitiba, Srª Roseli Isidoro, que veio aqui exatamente para acompanhar este processo; a do Dr. Fausto Rodrigues Lima, da 5ª Promotoria da Mulher, do DF, que nos deu contribuições; e a do Procurador da República José Adonis Callou.

Senadora Angela Portela.

**A SRª ANGELA PORTELA** (PT – RR) – Muito obrigada, Deputada Jô Moraes, Presidente desta CPMI.

Queria cumprimentar todos da Mesa: a nossa Relatora, Senadora Ana Rita; Lourdes Bandeira, Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Drª Eunice, do Ministério Público; cumprimentar toda a equipe da Senadora Ana Rita, principalmente a Carmen, que trabalhou na elaboração desse diagnóstico tão rico, cheio de informações, que mostra claramente a situação da omissão do Poder Público em relação à violência contra a mulher, porque este foi o objetivo principal da instituição desta CPMI: apurar a omissão do Poder Público em relação à violência contra a mulher.

E, num trabalho muito benfeito, de diligência, realizado pela CPMI, visitando quase todos os Estados brasileiros, pudemos ver neste relatório a rica informação que existe sobre a negligência do Poder Público em relação ao combate à violência contra a mulher. O meu Estado foi o último a ser visitado, e nós podíamos ver claramente a grande preocupação da Senadora Ana Rita e de toda a equipe que lá participou da apuração desse diagnóstico. Inclusive, nós já tivemos oportunidade, com a apresentação do relatório, de fazer as correções necessárias para dar o maior realismo possível ao que foi visto, apurado em diálogos com o Ministério Público Estadual, em diálogo com o Poder Executivo, em diálogo com os movimentos de mulheres sobre a grave situação de descaso do Poder Público em relação ao combate à violência contra a mulher no Brasil como um todo e no Estado de Roraima.

Parece-me, Senadora, que, com a apresentação do relatório, nós mostramos claramente que essa é uma situação em todo o Brasil. Em todos os Estados brasileiros, foi mostrada, com muita competência, com muita clareza, com muita riqueza de informações, essa omissão do Poder Público, esse preconceito, esse machismo. É impressionante!

Agora, eu queria também valorizar e destacar aqui as recomendações feitas pela CPMI, recomendações que eu considero muito procedentes, muito sábias e com a preocupação principal, Senadora Ana Rita – e eu queria parabenizá-la por isso e toda a sua equipe –, com a impunidade. O combate à impunidade em todos os processos. Por isso, compreendo V. Exª colocar, nesse caso do Espírito Santo, que foi amplamente debatido aqui, a punição nesses termos para que o mesmo não passe impune. Compreendo perfeitamente. Mas também compreendo a sabedoria de V. Exª diante das manifestações dos Senadores e Deputados aqui na Comissão, porque V. Exª precisa do apoiamento do Colegiado da CPMI para aprovar esse relatório. E, por isso, compreendo.

Mas eu gostaria de dar um destaque aqui a uma das recomendações feitas. Uma delas o Dr. Rosinha já colocou com muita propriedade, que é a criação de uma comissão permanente pelo Congresso, a comissão mista de combate à violência contra a mulher. Até porque, quando a decisão desse processo do Espírito Santo, por sugestão da Senadora Vanessa, chegar ao Congresso Nacional, nós termos condição de, nessa comissão, na Procuradoria da Mulher, na Subcomissão da Mulher, analisar, avaliar essa decisão tomada e tomarmos as providências cabíveis de competência e de prerrogativa do Congresso Nacional. Esse é um destaque.

O outro destaque em relação às recomendações que eu achei muito interessante e muito válido é a CPMI propor que as escolas brasileiras, tanto do ensino fundamental como do ensino médico, busquem uma forma de educar as nossas crianças e os nossos adolescentes contra esse preconceito, contra o machismo que, infelizmente, ainda existe na sociedade brasileira. E eu queria sugerir que isso seja feito através dos parâmetros curriculares nacionais, os temas transversais que são discutidos em sala de aula, em que o professor e a professora de História, de Geografia e de Português possa incluir essa temática da violência contra a mulher, mostrando claramente para as nossas crianças e adolescentes que homens e mulheres têm que ser respeitados e que a violência doméstica é abominável. É muito interessante, e considero essa uma medida de prevenção de extrema importância.

A outra é em relação à sugestão de, no Código Penal, se criar o crime de feminicídio, uma proposta que a gente apresentou ao relatório e que foi acatada pela Relatora Senadora Ana Rita. O assassinato passa a ser específico, o feminicídio, previsto no Código Penal. Matar uma mulher apenas pelo fato de ela ser mulher torna-se uma agravante do homicídio. A pena vai de 12 a 30 anos de prisão.

Então, de todas as sugestões elaboradas nesta Comissão – e serão 15 anteprojetos –, eu queria destacar essas recomendações que considero de extrema importância e relevância. Agora, nós temos de acompanhar os encaminhamentos, as decisões tomadas nesta CPMI, neste relatório, para que essas decisões, essas sugestões, esses encaminhamentos não caiam no esquecimento. Nós precisamos monitorar, com muita atenção, essas situações, para que o preconceito e o machismo, que prevalecem, não impeçam o avanço na tomada de decisões do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário na busca da diminuição dos altos índices de violência contra a mulher brasileira.

Há outra questão em que eu gostaria de tocar também: o fortalecimento da rede de proteção à vítima de violência. Nós sabemos que já existe uma grande preocupação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que já assinou o Pacto em todos os Municípios, em todos os Estados brasileiros. Essa é uma realidade. Mas há necessidade de um envolvimento maior do Congresso Nacional junto ao Poder Executivo, para acompanhar as ações efetivas desse Pacto, que foi assinado com os Estados brasileiros. O Pacto foi assinado há mais de um ano. Esta CPMI identificou toda essa situação difícil, caótica, que mostra claramente que não foram tomadas medidas concretas para a efetivação do Pacto Nacional de Combate à Violência contra a Mulher.

O fortalecimento da rede de proteção envolve recursos públicos, envolve a mobilização de Parlamentares, Deputados e Senadores, para incluir na LDO, no Orçamento da União, recursos necessários para que Estados e Municípios possam fortalecer e ampliar essa rede de proteção às mulheres vitimizadas.

Então, eu gostaria aqui de parabenizar a nossa Senadora Ana Rita, Relatora, e toda a sua equipe. A Carmen fez um trabalho belíssimo assessorando a Relatora.

Parabenizo a nossa querida Deputada Jô Moraes, que, com muita sensatez, com muita coerência, tem conduzido os trabalhos desta CPMI.

Também não posso deixar de destacar aqui o empenho da nossa Ministra Eleonora Menicucci, da Lourdes Bandeira, que é nossa secretaria executiva, e de toda a equipe de técnicos e profissionais que atuam na Secretaria de Políticas para as Mulheres. Eles contribuíram imensamente para que esse relatório fosse elaborado de forma tranquila, de forma a retratar, com clareza e com propriedade, a situação da mulher vítima de violência em nosso País.

Muito obrigada, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradeço à Senadora Angela Portela, que foi uma das pessoas que teve muita presença aqui e que, com muita dedicação, muito se esforçou para que esta discussão fosse feita no Estado dela. Essa foi uma situação exemplar.

Passo a palavra à Deputada Marina.

Eu queria, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, propor a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 38ª Reunião da Comissão.

Os Srs. Parlamentares e as Srªs Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Com a palavra, a Deputada Marina.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Na verdade, eu só gostaria de parabenizar, pelo trabalho intenso, especialmente, a Presidenta Jô Moraes, a Relatora Ana Rita e a Vice-Presidenta Keiko Ota, que deve ter um bom motivo para não estar aqui, porque participou ativamente de todos os trabalhos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Esteve presente nos primeiros momentos, assinou e garantiu o quórum.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Isso!

Parabenizo todos os Senadores e Senadoras, todos os Deputados e Deputadas.

Mas eu gostaria de fazer um agradecimento especial aqui. Nós Parlamentares tomamos a decisão de vir para esta Comissão e contamos com um respaldo aqui. Não conseguiríamos nos mover sem este respaldo precioso e importantíssimo para nós: o respaldo das assessorias da Casa e das assessorias dos gabinetes dos Parlamentares.

Eu gostaria de registrar, Deputada Jô, sabendo do nosso tempo – estou vendo que a Drª Carmen Hein está ali claramente emocionada, despedaçando-se –, que, de fato, as assessorias aqui não foram apenas pessoas que estavam cumprindo horário ou cumprindo uma agenda determinada. Os assessores e as assessoras ficaram apaixonados e trabalharam intensamente, com as suas opiniões, com o seu desejo de melhorar, com a parceria, com a solidariedade às mulheres que sofrem violência no Brasil. Então, isso foi realmente marcante nessa relação.

Então, eu gostaria de citar alguns, estendendo a quem eu não esteja citando aqui, por falta de possibilidade, pelo tempo. A Drª Carmen Hein, a Cleide Lemos, a Bárbara Salles, aqui do Senado. Na Câmara dos Deputados, o Adilson José, a Eneida Vinhaes, a Maria Cristina Vannucchi, do gabinete do Deputado Rosinha, e a Valéria Getúlio, do meu gabinete. E citar aqui, com carinho, o Oscar Lóssio, que foi a todas as viagens, secretariou a CPMI, com carinho, com cuidado, evitando dificuldades. Então, parabenizar. Parabenizar o José Pennafort, o nosso Penna, que todo o tempo vibrou, estava ali, inclusive nas redes sociais, ajudando a falar da CPMI, participando, em todas as viagens. A Adriana, da Assessoria de Comunicação, em cada lugar, aquela loucura, sem conhecer os jornalistas do lugar, mas se habilitando.

Então, Drª Eunice Carvalhido, que aqui se encontra, representando o Ministério Público, esta Comissão foi de uma riqueza muito grande e de uma busca por respostas que possam alterar a vida das mulheres. Esse carinho, esse envolvimento, que o Ministério Público saiba receber esse texto como uma contribuição de vida das pessoas que se envolveram nesse trabalho, e que possa reproduzir, continuar e participar desses próximos momentos.

O Dr. Fausto é um dos promotores, dos procuradores aqui, com permanência, atuando na área e nos auxiliando com suas sugestões. E, Professora Eunice Carvalhido, que representa aqui o Governo Federal, representa, no meu entender, também a nossa Presidenta Dilma, que todos os ministérios saibam deste trabalho e possam – não é isso, nossa Presidenta? – levar ao entendimento dos ministérios os projetos que estão aqui em tramitação: o que cria o fundo, o projeto que oferece a possibilidade de introdução do feminicídio na nossa legislação, o projeto que trata da saúde, que trata da nova comissão que se forma a partir desta, sugestão do Deputado Rosinha, como ele disse aqui, enfim, previdência e uma série de projetos muito importantes, que passam a ser cuidados por nós e por todas as pessoas envolvidas.

Então, parabéns a esta Comissão, parabéns aos Parlamentares, parabéns aos profissionais envolvidos. E eu acho que a emoção da Carmen e de todos nós... Ela está ali demonstrando, não é Senadora? Mas é a emoção de todos nós. É como filho ou filha. Filha é melhor. Filha parida, que precisa ser cuidada, de agora em diante, porque, caso contrário, também, a vitalidade pode se perder na biblioteca do Congresso Nacional.

Então, parabéns. Parabéns, Regina, que, junto com o nosso Ministério da Mulher, e dentro do Ministério da Mulher, não se cansou, com toda a equipe, assim como a Cida, todo mundo, de nos auxiliar. Parabéns. Belíssimo trabalho. E que se concretizem todos os problemas, que encontrem soluções na vida prática, que é o que nós queremos. Um beijo, viu? Não quero deixar sem dizer um beijo para vocês.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos. Com certeza. Um beijo também.

Nós queríamos agradecer à Deputada Marina, que contribuiu decisivamente na formulação de possíveis projetos legislativos, constituindo uma comissão especial, que, lamentavelmente, eu não tenho os nomes, mas nós registraremos a contribuição que as pessoas...

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – Desculpe...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Marina.

**A SRª MARINA SANTANNA** (PT – GO) – O Deputado Dr. Rosinha, o Deputado Eduardo Azeredo e a Deputada Rosinha da Adefal contribuíram enormemente. Meus agradecimentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Está sob a sua coordenação.

Passando a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, e como ela fez ponderações, preocupações respondidas pela Senadora... Em relação à condução desta Presidência, em que foco está. Nós tivemos um enorme trabalho. O que previa a Comissão na sua convocação? Investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, isso resultou em 35 audiências; em visita a 18 Estados; em 30 mil folhas, que a nossa assessora teve que analisar, evidentemente com o apoio e a contribuição do nosso assessor Pennaforte, da nossa assessora Cleide, da nossa assessora Bárbara, do nosso não assessor, mas consultor, Dr. Fausto. Trinta mil folhas de documentação apresentadas. Então, a excepcionalidade foram alguns casos individuais, aos quais, se déssemos muito foco, nós nos perderíamos. E eram inúmeros casos individuais.

A Senadora pegou, exemplarmente, alguns casos para os procedimentos corretos, que eram casos emblemáticos. Por isso que, na nossa orientação do procedimento dos trabalhos, nós privilegiamos esse processo.

Sem dúvida, quero dizer, Senadora, que, para além desse esforço incomensurável de V. Exª, esse encaminhamento final – embora V. Exª tenha tido convicção da justeza do relatório apresentado, de ter acolhido uma construção por razões políticas, mas, sobretudo, para garantir a grande vitória desse projeto que está aqui, da aprovação da CPMI – demonstra uma outra dimensão, que é a capacidade política, a coragem, a determinação, mas também a sensibilidade de perceber que o essencial era apresentar para a sociedade essa contribuição.

Por isso quero registrar, neste momento, essa agilidade e compreensão política de V. Exª. Não é em vão que V. Exª preside a Comissão de Direitos Humanos.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Srª Presidente, Srª Relatora, senhores componentes da Mesa, eu não pude acompanhar de perto o trabalho da CPMI, mas conheço de perto o trabalho da Senadora Ana Rita. Sei da sua dedicação; sei o quanto, Senadora, V. Exª se dedicou a esse trabalho. Sem dúvida nenhuma, ele é o coroamento da sua passagem pelo Senado Federal. Tenho certeza disso. Virão outros trabalhos, mas esse, sem dúvida nenhuma, é desafiador. E foi desafiador na sua carreira.

Portanto, eu quero cumprimentá-la. Vim aqui, hoje, especialmente para isso. Primeiro, para hipotecar total apoio ao seu trabalho, pela confiança que tenho. Sentada ao seu lado, durante quase dois anos, sei o quanto V. Exª tem sido dedicada.

E eu gostaria de dizer a V. Exª que os termos usados para caracterizar a questão do Espírito Santo, na minha visão, estão corretos. A sua indignação demonstrada naquele texto é a indignação própria de uma CPMI, cujo trabalho tem que estar acima das instituições. Ela tem poder para isso.

Portanto, V. Exª tinha toda razão. Acho que nós tivemos que aceitar uma redação paliativa no sentido de que, na minha visão – eu posso estar errada; eu conheço pouco de CPMI –, se V. Exª tivesse ouvido o Procurador, V. Exª teria toda a razão e teria toda a força para fazer o relatório da maneira que foi feito. Seria uma contribuição. V. Exª pode estar certa de que a decisão foi a mais acertada por ser uma decisão prudente, uma vez que não foi ouvido o Procurador, que terá que ser ouvido pelo Conselho do Ministério Público. Mas, se V. Exª o tivesse ouvido e tivesse formado o conceito de que realmente ele prevaricou, V. Exª teria toda a força e toda a razão em mostrar a nossa indignação com o fato. Infelizmente, ocorreu por excesso de trabalho, eu sei, ou dificuldades outras que eu não acompanhei, mas acredito que esse fato pesou para que a redação pudesse ficar não aquela que gostaríamos, de expressar a indignação e de, inclusive, penalizar com o crime de prevaricação.

Portanto, eu deixo aqui os meus cumprimentos e a minha solidariedade. Sei o quanto as mulheres, ao assumir uma função, se dedicam, prejudicando até mesmo os outros trabalhos e a sua saúde, mas eu tenho a certeza de que valeu a pena. Valeu a pena porque foram levantados casos importantes, valeu a pena para implementação de novas políticas públicas, valeu a pena também para mostrar que esta Casa não é conivente com a violência contra a mulher.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Deputada Carmen Zanotto, para concluir.

**A SRª CARMEN ZANOTTO** (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô. Apenas para registrar também o trabalho da nossa colega Deputada Keiko Ota, que foi a Vice-Presidente desta Comissão. Neste momento tão importante, ela não pôde estar aqui conosco, mas a gente também deve destacar o papel e o trabalho dela nesta Comissão, assim como dos demais que já foram mencionados aqui.

Obrigada, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada.

Nós queríamos, numa excepcionalidade regimental, escutar, para a sua saudação, a nossa Ministra Adjunta Lourdes Bandeira, lembrando que a Secretaria de Políticas para as Mulheres foi uma estimuladora decisiva na construção desta CPMI.

Aproveito para agradecer aos Deputados e Senadores, às Deputadas e Senadoras, à equipe – reforço – sob a coordenação da Carmen, ao Pennaforte, à Cleide, ao Dr. Fausto, à Bárbara. E queria fazer um agradecimento especial ao Antônio Oscar e ao Dirceu, nossos assessores aqui, e a todos os assessores e assessoras dos parlamentares. Aqui, particularmente, aos meus, Marcos e Eliane, que nos acompanharam nesse processo.

Com a palavra, para a sua saudação, a Ministra-adjunta Lourdes Bandeira.

**A SRª LOURDES BANDEIRA** – Inicialmente, gostaria de cumprimentar, em nome da Ministra Eleonora, que neste momento acompanha a nossa Presidenta em viagem, todas as pessoas presentes. Cumprimento a Mesa em nome da Deputada Jô Moraes e da Senadora Ana Rita. Cumprimento a equipe em nome da assessora Carmen desta CPMI, que foi extremamente valiosa e que, eu diria, realizou um trabalho extremamente corajoso. Porque nós tivemos, há praticamente duas décadas, a primeira CPI da Violência contra as Mulheres e que, infelizmente, 20 anos depois, nós constatamos que aproximadamente 40% das mulheres brasileiras continuam sendo vítimas da violência.

E é importante que se saiba que a complexidade desse fenômeno que, muitas vezes não está inscrito na lei, deve ter a sensibilidade dos agentes públicos.

Cumprimento aqui, nesse sentido, a Drª Eunice e o Dr. Fausto, em nome do Ministério Público, que têm sido historicamente os nossos aliados no combate à violência contra as mulheres.

É fundamental que a gente tenha presente que esta CPMI, além de trazer à tona uma série de crimes que ainda estão cobertos pela impunidade, nos traz uma série de informações, uma série de indicadores que contribuirão não apenas para a elaboração e a melhoria das políticas públicas, que é responsabilidade nossa – e aqui está presente a nossa Secretária Aparecida Gonçalves, que responde, na Secretaria, por essas políticas e que tem tido um compromisso extremamente importante, inclusive, como aqui já mencionado, na contribuição que trouxe à CPMI.

É importante também que a gente tenha a ideia da complexidade desse fenômeno, considerando que as pesquisas realizadas, infelizmente, apesar de nós termos uma lei, que é a Lei Maria da Penha, colocada em aprovação e aplicada a partir de 2006, copiada por países considerados até bastante mais desenvolvidos, do ponto de vista do Brasil, na sua perspectiva econômica, mas que não o são de modo cultural, onde muitas das violências cometidas têm a luz inspiradora da Lei Maria da Penha... Então, isso é extremamente importante.

Outra questão que eu gostaria muito de destacar é exatamente a importância que esta CPMI traz não só como foi dito aqui pelo Deputado Rosinha, que se crie uma comissão permanente de combate à violência, mas que, sobretudo, propõe a instituição de um sistema nacional de informação sobre a violência contra a mulher. Porque uma das nossas dificuldades é a de exatamente termos dados pontualizados, mas de não termos dados, em nível nacional, que possam colocar inclusive o Brasil em nível internacional para comparar as estatísticas.

Então, é importante para as políticas públicas que esse sistema nacional de informação seja criado.

Como foi dito aqui também pela Deputada Marina, a questão de trazer para o sistema escolar, sobretudo, quando a socialização das informações que formarão mentalidades, que constroem valores, sejam consideradas na escola fundamental brasileira. Ou seja, ninguém é machista, ninguém é sexista, ninguém é misógino se não aprendeu. Ninguém nasceu assim.

O machismo, o sexismo e a misoginia, que vão detonar o crime de feminicídio, são aprendidos dentro da vida familiar, eles são aprendidos dentro da vida pública, dentro da escola e dentro de outras instituições.

Portanto, se nós temos a capacidade de “possibilitar” que as nossas crianças aprendam esse tipo de valor, que remete a esse tipo de atitude e de comportamento, que vai redundar em crimes, é fundamental que a gente desconstrua isso e ensine valores igualitários, equitativos e que a cidadania e o direito de existir, inclusive com todas as suas diferenças sejam contemplados. E esse é um papel fundamental das escolas e obviamente, anteriormente, da própria família.

Então, eu queria chamar a atenção para a importância que a CPMI destaca.

E, finalmente, eu gostaria também de mencionar a importância que foi dada não só pela CPMI, mas que deve ser dada para a mudança no Código Penal em relação ao crime de feminicídio. Não é tão simples o assassinato em relação às mulheres. O assassinato das mulheres tem a ver com a própria condição misógina de que há um ódio expresso no crime contra as mulheres. E se vocês observarem esses casos que estão relatados aqui na CPMI, todos eles envolvem crimes com profunda crueldade. Crimes que não só matam as mulheres, mas que querem destruir a condição da identidade feminina, não só pela sua condição biológica, mas pela sua condição cidadã. Então, isso é fundamental: que a CPMI e que todos os demais Senadores e Deputados, juntamente com os membros do Ministério Público e do Judiciário tenham essa sensibilidade. Nós na Secretaria de Políticas para as Mulheres temos uma comissão que é composta também pelo Ministério Público e pelo Judiciário para trabalhar e fomentar a mudança do feminicídio.

Concluo com a notícia que traz excepcionalmente a edição especial do *Jornal do Senado*, que tem na capa estampada uma mulher – vocês devem tê-lo recebido –, e traz a manchete intitulada “O inferno das mulheres”. Mais adiante, na pág. 7, diz uma outra manchete: “Às mulheres, apenas centavos”, o seguinte: “Os programas federais contra a violência doméstica preveem, em média, R$0,26 por mulher a cada ano. Para o Congresso, isso é muito pouco”. Não é só para o Congresso que é muito pouco, mas também para todos nós, mulheres e homens brasileiros, isso é muito pouco, considerando que, no dia 13 de março deste ano, a Presidenta da República lançou o Programa Mulher: Viver sem Violência, que deve ser compactuado não só pelos Estados, mas pelos Municípios, e que deve ter uma sensibilidade do Congresso Nacional para que se votem mais recursos para se combater esse mal que compromete não só as mulheres do momento, mas compromete as futuras gerações.

Por fim, quero dizer à Senadora Ana Rita e à Deputada Jô Moraes da importância histórica que elas têm neste processo de contemplar que todos nós possamos usufruir e implementar os resultados da CPMI da Violência contra a Mulher.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Ministra.

Queria dizer que pedi aos membros da Comissão de Direitos Humanos – já estamos invadindo 40 minutos deles –, mas vou passar a palavra rapidamente à Drª Eunice, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal, e, em seguida, à nossa Relatora.

**A SRª EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO – Srª Presidente, Deputada Jô Moraes, cumprimento-a e, em seu nome, peço permissão para cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes.**

**Srª Senadora Ana Rita, cumprimento-a afetuosamente e na pessoa de quem peço permissão para cumprimentar todos os integrantes da CPMI e todos os componentes da Mesa de trabalho.**

**Peço permissão, Srª Presidente, para cumprimentar afetuosamente todos os membros do Ministério Público brasileiro na pessoa do meu colega Fausto Rodrigues, aqui presente.**

**Cumprimento os assessores parlamentares, os profissionais da imprensa falada, escrita, televisionada, as senhoras e os senhores.**

**Em primeiro lugar, parabenizo a Senadora Ana Rita pelo belíssimo e eficiente trabalho na condução da CPMI que teve por finalidade específica investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instruídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.**

**Inicialmente, Srª Presidente, Srªs Parlamentares, quero esclarecer que o Ministério Público do Distrito Federal tem particular cuidado com esse assunto. Aqui, neste momento, posso apresentar duas provas contundentes desse cuidado. A primeira prova é que o Ministério Público do Distrito Federal hoje possui 40 promotorias de defesa da mulher, de situação de violência da mulher, sendo 13 específicas e 25 delas com atribuições de juizados criminais especiais. Outra prova, Srª Presidente, é que, nas sedes do Ministério Público do Distrito Federal, fizemos um convênio, temos, dentro das sedes, um núcleo de atendimento à mulher, à vítima e ao agressor. É um projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria da Mulher do Distrito Federal. Então, lá nós temos psicólogos, pedagogos, pessoas que atendem as vítimas e que trabalham na recuperação dos agressores. A recuperação dos agressores é um investimento que está sendo feito; saber quais as questões que levam àquela agressividade no âmbito doméstico.**

**Por outro lado, eu tenho feito pessoalmente na minha gestão injunções junto à Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para que separe os juizados especiais criminais dos juizados especiais de violência doméstica, porque, aqui, no Distrito Federal, vários juizados são assim. Então, há um trabalho intensivo do Ministério Público local no sentido de sensibilizar o Tribunal de Justiça para dividir, porque os procedimentos são diferentes, a matéria é diferente. Então, que a matéria de violência doméstica seja conduzida de forma específica, com a observância da Lei Maria da Penha. Essa é uma das injunções que temos feito quase que diariamente. Nós já oficiamos, já fizemos reuniões e estamos insistindo nisso. Já conseguimos alguns avanços.**

**Por exemplo, no Guará, onde temos só juizados especiais, nós conseguimos agora que o Tribunal de Justiça pudesse criar um juizado especial específico de violência doméstica. Essa é uma atuação que o Ministério Público do Distrito Federal não tem descurado. Nós temos essa atuação muito, vamos dizer, intensa nesse sentido.**

**Eu gostaria de fazer uma referência sobre o caso do Espírito Santo, quando dei aquela sugestão, quando o Ministério Público deu aquela sugestão. Primeiro porque o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais é um órgão que reúne todos os procuradores do Brasil. E, nesse órgão, a gente discute diversas questões nacionais que afligem o povo brasileiro. Então, os procuradores-gerais podem ser instados a abrigar uma campanha nacional no sentido de que os promotores possam ter um olhar diferenciado nessa questão.** Nós temos, aqui no Ministério Público do Distrito Federal, promotores que se dedicam a isso, mas em várias partes do Brasil não. Então, a gente quer levar isso. Eu, pessoalmente, comprometo-me a instar os procuradores-gerais a isso.

No caso do Espírito Santo, causou-me estranheza a questão da tipificação penal. Com todo respeito, Srª Senadora Ana Rita, diante do nosso ordenamento jurídico penal e processual penal, quem tipifica as questões para levar à justiça é o Ministério Público. Então, quando eu sugeri aquela questão de que fosse oficiado ao CNPG e anuir com a redação da Senadora Ana Amélia, é que quando a gente recebe algo dizendo para que sejam adotadas as medidas pertinentes, avaliamos sob o ponto de vista penal, administrativo e cível. Então, essa é uma avaliação.

No Ministério Público do Distrito Federal, eu asseguro à senhora que com relação a todas as representações que lá chegam, nós fazemos questão de dar resposta ao representante. Nessa prática, eu me comprometo pessoalmente a instar o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais em relação a isso.

Então, tenho certeza absoluta de que o Procurador de Justiça do Espírito Santo tomará as providências necessárias, porque aquelas providências licitadas ali têm um tratamento diferenciado no Código de Processo Penal. O Ministério Público não tem como cumprir aquelas recomendações porque o ordenamento jurídico não nos permite atuar daquela forma.

Por isso eu fiz essas observações e quero agradecê-la por ter compreendido essa nossa preocupação.

Outra questão que deixo registrado aqui é que levarei ao CNPG a preocupação da CPMI no sentido de efetivamente efetivar – vou dizer assim duas vezes: efetivamente efetivar – o cadastro nacional previsto na Lei Maria da Penha. Eu assumo esse dever de levar aos procuradores-gerais essa preocupação e tentar estudar uma fórmula eficiente para que isso possa vir para o mundo real e não ficar somente dentro dos nossos escaninhos. Esse é um compromisso que eu também faço.

Eu quero aproveitar o momento, Srª Senadora Angela Portela, para me dirigir à senhora e registrar publicamente o meu privilégio de ter sido a última Promotora de Justiça do Território de Roraima e a primeira Promotora de Justiça do Estado de Roraima. Fui eu que instalei o Ministério Público do Estado de Roraima lá em Boa Vista. Eu morei em Boa Vista com minhas filhas, nos anos 90, e gostaria de dizer à senhora do meu privilégio de estar aqui com a senhora e saber de como o povo roraimense tem um cuidado com essas questões. Eu sou uma testemunha presencial disso.

Por fim, quero agradecer, eminente Presidente Jô Moraes, o convite para que o CNPG participasse dessa reunião e mais ainda a deferência de V. Exª nos convidando para compor a mesa dos trabalhos. É um privilégio que eu não posso deixar de agradecer, sensibilizada, à senhora, esse assento na mesa dos trabalhos.

Quero solicitar, se a senhora me permite, uma cópia do vídeo da reunião de hoje para que eu leve ao CNPG e também solicitar que a Senadora Ana Amélia nos fornecesse o vídeo que ela mostrou em sua exposição, para que eu possa divulgar no Ministério Público brasileiro.

Muito obrigada pela deferência. (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos particularmente a contribuição de aperfeiçoar a resolução que possibilitou a construção da aprovação deste relatório. E passamos a palavra com a certeza, Senadora Ana Rita, de que pessoas dizem que as pessoas se tornam gigantes, as pessoas se tornam... V. Exª se tornou Excelência trazendo a sua experiência cotidiana, porque na sua cidade V. Exª contribuía com as caminhadas nas ruas, com as pequenas reuniões nas comunidades religiosas. A força, a determinação que V. Exª trouxe para esta Comissão, essa paixão e essa sabedoria levaram a termo a aprovação de um relatório pela primeira vez no Congresso Nacional. Está aqui a Relatora da CPMI da Violência Contra a Mulher, em 1993, presidida pela ex-Deputada Sandra Starling. E por razões semelhantes não levou à aprovação do relatório.

Por isso V. Exª, hoje, entrega à sociedade brasileira com essa determinação, a angústia para que haja punição exemplar, mas a sabedoria de ter aprovado uma imensidão de dores e uma imensidão de remédios que possam curar essa chaga social.

Parabéns, Senadora Ana Rita!

Parabéns, sobretudo por esse momento! (*Palmas.*)

Tem V. Exª a palavra.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Deputada Jô Moraes.

Eu quero dizer que os trabalhos da CPMI também nos proporcionaram algo de muito bom, que foi essa relação de amizade, de compromisso que criamos entre nós. Então, Deputado Jô, eu também tenho um profundo respeito por V. Exª. A senhora também foi uma pessoa extremamente determinada, corajosa que presidiu com muita propriedade, com muito vigor todas as audiências públicas que realizamos e também as reuniões de trabalho. Então, muito obrigada pela sua deferência à minha pessoa. É recíproco o meu sentimento também por V. Exª.

Eu quero aqui, rapidamente, fazer um registro para responder uma pergunta feita pela Senadora Lúcia Vânia. S. Exª teve de se ausentar em função de outros trabalhos, mas eu que quero, aqui, responder melhor a questão formulada por S. Exª, que diz: “Por que a CPMI não ouviu o Procurador do Estado por ocasião do arquivamento do processo?” Eu quero dizer que a CPMI, por iniciativa minha, como Relatora, aprovou o requerimento de convite ao Procurador para que ele viesse à CPMI prestar as informações, mas, na data marcada ele não pôde vir, justificou a ausência, não pôde estar presente, e que, infelizmente, diante da dinâmica de trabalho da CPMI, nós não tivemos condição de fazer o reagendamento. Mas a CPMI o convidou para que aqui prestasse as devidas informações.

Eu quero ainda fazer alguns agradecimentos. A maior parte dos agradecimentos eu tive a oportunidade de fazê-los na reunião passada, por ocasião da leitura do relatório, mas eu não poderia deixar de aqui, hoje, fazer e refazer alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero agradecer também à Drª Eunice, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal pela presença e também pelos compromissos aqui assumidos, compromisso que nos dará condição de prosseguirmos nessa luta, de dar concretude àquilo que nós definimos nos trabalhos da CMPI. Então, quero, aqui, agradecer muito à presença de V. Exª .

Agradecer também à presença da Drª Lourdes Bandeira, Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que hoje representa nossa Ministra Maria Eleonora e também o nosso Governo Federal, que tem compromisso no enfrentamento à violência contra as mulheres da parte de vários ministérios.

Agradecer também a presença da Cida, que esteve conosco em diversas reuniões, dialogando conosco, que é Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, da SPM.

Eu não poderia deixar de registrar e fazer um grande agradecimento ao Dr. Fausto Rodrigues de Lima, que não se furtou em comparecer aqui ontem à noite, às 22 horas, para que pudéssemos ajustar as últimas questões aqui do nosso relatório. Obrigada, Dr. Fausto. Pode ter a certeza de que nós criamos aqui uma relação de parceria que vai permanecer para o resto de nossas vidas.

Agradecer profundamente, não estão aqui, mas eu quero agradecer à Promotora de Justiça, Drª Lindinalva, que também juntamente com o Dr. Fausto estiverem várias vezes conosco, participando de reuniões e trazendo contribuições, ajudando nas análises, ajudando a construir inclusive as recomendações. Quero agradecer também ao Procurador da República, o Dr. Adonis; ao Presidente do Fonavid, Juiz Álvaro Kalix; à Procuradora Drª Ela Wiecko, que sempre esteve conosco aqui. Enfim, a lista de agradecimentos é muito grande.

Quero agradecer novamente aos assessores parlamentares de todos os gabinetes dos Parlamentares que nos ajudaram, à Consultoria do Senado na pessoa da Cleide, que também nos ajudou bastante. Enfim, quero aqui fazer um agradecimento especial – além de agradecer profundamente a todos os membros e a todas as Parlamentares que compuseram a CPMI e trabalharam muito –, quero aqui agradecer muito...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A força também está nas lágrimas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A emoção toma conta. Eu achei que não fosse chorar, mas eu sou uma pessoa muito emotiva.

Agradeço a Carmen, ao Penna também, mas muito mais à Carmen, que se debruçou exclusivamente... (*Risos.*)

Não, Penna, não venha reclamar, não. A Carmen se dedicou profundamente, virando noites e noites, finais de semana, feriados, a Cleide também, o Penna também. Não restam dúvidas: todos contribuíram. Mas eu quero fazer um destaque a você, Carmen, permita-me isso, porque você foi uma pessoa que se dedicou profundamente, ajudou a articular os colaboradores. Nós montamos aqui, gente, diversas equipes de apoio do Ministério Público e de diversos lugares que nos ajudaram profundamente. Então, o resultado desse trabalho é mérito de muitas mãos, de muitos saberes, de muitos colaboradores. E a Carmen cumpriu essa tarefa de ajudar a articular isso conosco. Portanto, muito obrigada, Carmen, pelo seu apoio e pela sua ajuda.

Finalmente, eu quero também dizer que o Deputado Rosinha se destacou muito na CPMI, não é, Deputada Carmen? O Deputado Rosinha se destacou muito nos trabalhos da CPMI. Todos colaboraram, todas as colegas Parlamentares colaboraram, mas o Deputado Rosinha fez a diferença, assim como o Deputado Eduardo Azeredo. O Deputado Rosinha imprimiu uma marca especial, porque ele fez, em todos os momentos, durante as audiências públicas nos Estados, uma defesa intransigente das mulheres brasileiras no enfrentamento à violência contra as mulheres. Por ser um Parlamentar homem, médico, como médico ele sabe como essa situação é grave no País, eu quero aqui agradecer muito ao Deputado Rosinha e dizer que a Comissão Parlamentar Mista de Violência contra a Mulher foi uma sugestão dele. Ah, o Deputado Rosinha está aqui. Eu estou lhe procurando, achando que você já tinha ido. Foi uma sugestão dele que acatamos com muito gosto.

Eu tenho dito, Deputado Rosinha, nas entrevistas que tenho dado em vários lugares, que esta CPMI não se encerra aqui. Formalmente sim. Mas, através desta Comissão Mista, nós vamos continuar trabalhando e monitorando – diga-se de passagem – todas as sugestões que foram dadas para que elas possam de fato ser implementadas por todos os Poderes Públicos; por todos. Então, obrigada, Deputado Rosinha, pela sua grande contribuição.

Quero também dizer que vamos construir um cronograma de entrega dos relatórios. Vamos entregar o relatório para as autoridades federais aqui em Brasília, ministros, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, de todos os órgãos federais, do Supremo Tribunal Federal, do STJ, do Conselho Nacional de Justiça. Nós vamos construir um cronograma e vamos informá-los dessas datas para que vocês possam nos acompanhar na entrega do relatório.

Também quero dizer a vocês que simbolicamente nós vamos mandar para todos os Estados, governadores, presidentes do Tribunal de Justiça, para os ministérios públicos estaduais, para as defensorias públicas estaduais o relatório. Vamos realizar uma audiência no Estado do Espírito Santo para a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e também para o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, além de entregar para o movimento de mulheres do Estado do Espírito Santo. Simbolicamente, estaremos entregando para todos os demais Estados, para os quais encaminharemos pelos Correios, porque não teremos condição de visitar todos.

Por último, dizer que fizemos uma homenagem especial, nesse relatório, à nossa querida amiga, companheira Márcia Santana, que foi Secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, que faleceu recentemente e muito nos ajudou na realização dos trabalhos, da audiência pública e de tudo que a CPMI fez no Estado do Rio Grande do Sul. Ela nos ajudou, acompanhou-nos e ajudou também na articulação. Então, à memória de Márcia Santana também oferecemos este relatório, fazendo essa homenagem a ela.

Eu quero aqui agradecer muitíssimo a todos vocês e dizer que me sinto feliz. Aprendi muito nesse trabalho. Vejo que tenho muito que aprender também. Mas, Deputada Jô, foi um grande aprendizado para mim. Então, sinto-me cumprindo uma missão, com a sensação de dever cumprido. Praticamente um ano e meio de trabalho e nós estamos dando um retorno que acredito ser o melhor que podemos oferecer a toda sociedade brasileira.

Então, muito obrigada, Deputada Jô, e obrigada a todos vocês. (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Referendando os agradecimentos...

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Ah, Deputada Jô, desculpe-me interrompê-la.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Eu esqueci, mas quero aqui fazer um agradecimento muito grande a toda equipe de comunicação do Senado Federal. O Senado Federal não se furtou, em nenhum momento, em fazer a divulgação dos trabalhos da CPMI, ou aqui em Brasília ou estando presente nas audiências públicas nos Estados.

Nós tivemos a presença da TV Senado, da Rádio Senado, de vários profissionais, que assumiram essa bandeira e nos ajudaram profundamente. E para coroar este trabalho, eles nos oferecem hoje um jornal especial do Senado Federal que traz todas as informações dos trabalhos da CPMI. Então, muito obrigada também a toda equipe de comunicação, a todos os responsáveis pela comunicação do Senado Federal.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Referendando os agradecimentos apresentados pela nossa Relatora eu queria estendê-los. Tenho certeza de que falo em nome da Senadora e de todas as mulheres e homens desta Comissão. Nosso profundo agradecimento às centenas de mulheres dos movimentos de mulheres de todos os Estados, que também construíram essas 1.040 páginas.

Ao Brasil, mulher, menos dor, mais vida! (*Palmas*.)

Declaro encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que prestou ao Brasil o serviço que ele merecia. (*Palmas.*)

*(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)*

**s.)**